



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Magda Catarina Gomes Saraiva

A sugestionabilidade infantil: Construção de um instrumento de avaliação

Magda Catarina Gomes Saraiva **A sugestionabilidade infantil: Construção de um instrumento de avaliação**

UMinho | 2012

Junho de 2012



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Magda Catarina Gomes Saraiva

A sugestionabilidade infantil: Construção de um instrumento de avaliação

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia
Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Pedro Barbas de Albuquerque

Junho de 2012

DECLARAÇÃO

Nome: Magda Catarina Gomes Saraiva

Endereço Electrónico: a52936@alunos.uminho.pt

Título da Tese de Mestrado: A sugestionabilidade infantil: Construção de um instrumento de avaliação

Orientador: Professor Doutor Pedro Barbas de Albuquerque

Ano de conclusão: 2012

Designação do Mestrado: Mestrado Integrado em Psicologia- Área de Especialização em Psicologia da Justiça

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 08, de Junho de 2012.

Agradecimentos

“Na vida não subimos de salto alto.” (Dilma Rousseff)

Por este motivo, um agradecimento muito especial a todos os que me ajudaram neste último ano a subir e a prosseguir a vida, que me levantaram quando caí e me ajudaram sempre que tropecei.

Obrigado....

Ao Professor Doutor Pedro Albuquerque, pela inspiração, partilha de conhecimentos, motivação e dedicação nesta etapa da minha vida académica.

Ao Grupo de Investigação em Memória Humana da Universidade do Minho pelas dicas e sugestões que me ajudaram a melhorar o meu trabalho.

Ao Colégio Nossa Senhora das Graças, em particular à Directora e à Dr^a Teresa, pela disponibilidade para a recolha de dados e simpatia com que me receberam.

Aos encarregados de educação e às crianças que participaram neste estudo...sem eles não seria possível!

Aos meus Pais, a minha base e suporte, pelo apoio e incentivos nos piores e melhores momentos.

À minha irmã.....a outra metade de mim!

À minha avó, pela paciência e entusiasmo...um exemplo.

Ao Nuno pela força e por aquela palavra sempre no momento certo.

Ao Balú pela inspiração.

Aos meus amigos pela paciência e compreensão, em particular à Sara...tu sabes.

A todos aqueles que estiveram comigo nos dias de frustração e de vitória.

Obrigado a todos os que me criticaram, aplaudiram e por isso tornaram possível tudo o que conquistei nestes últimos meses!

Resumo

A última década tem sido marcada pelo crescente interesse na avaliação da credibilidade de testemunho. Isto deve-se ao facto das recentes evoluções na área de investigação das falsas memórias, isto é, o modo como as nossas memórias para acontecimentos são ditorcidas.

Neste sentido, desde os finais do século XX, temos assistido à evolução da investigação da sugestionabilidade infantil. O interesse pelo estudo da sugestionabilidade infantil surge pelo aumento dos testemunhos infantis em contexto forense/tribunal. Estes estudos têm como principais objectivos a compreensão do fenómeno em si, bem como dos factores que o influenciam.

A maior controvérsia em torno da sugestionabilidade infantil diz respeito à sua relação com a idade cronológica, sendo os resultados alcançados controversos. Enquanto alguns autores defendem que as crianças mais novas são mais sugestionáveis do que crianças mais velhas (Cunha, 2010; Gudjonsson, 1997), outros argumentam que as crianças são menos sugestionáveis do que os adultos (Goodman, Batterman-Faunce & Kenney, 1992).

No entanto, outros factores têm sido tomados em conta para a compreensão da sugestionabilidade infantil, nomeadamente características individuais (memória e desejabilidade social).

Sendo que os testemunhos infantis têm adquirido uma crescente importância, este estudo tem como principal objectivo a compreensão de alguns dos aspectos referidos, numa amostra de três grupos de crianças: 5/6 anos, 8/9 anos e 10/11 anos. Para tal, procedemos à construção de uma escala de avaliação da sugestionabilidade infantil, baseada na GSS (Gudjonsson, 1997), avaliando também algumas características individuais como a memória.

Os resultados obtidos revelam que as crianças mais novas apresentam piores resultados nas medidas de evocação do que as crianças mais velhas, ao mesmo tempo que demonstram ser mais sugestionáveis, revelando que estas duas variáveis não estão relacionadas. O mesmo é comprovado pelo número superior de confabulações produzidas pelas crianças mais velhas. Quanto à desejabilidade social, percebemos que esta deve ser tida em conta na avaliação da sugestionabilidade infantil, uma vez que a influencia.

O presente estudo conclui assim que alguns factores devem ser alvo de especial atenção num interrogatório, nomeadamente o uso de questões sugestivas, o viés e expectativas do investigador, bem como o processo confabulatório, nomeadamente as distorções produzidas.

Palavras-chave: Sugestionabilidade infantil; falsas memórias; testemunho infantil; idade cronológica; desejabilidade social.

Abstract

The last decade has been marked by the growing interest in assessing the credibility of testimony. This is due to recent developments in the research field of false memories, that is, how memories for events are distorted.

In this sense, since the end of the XX century, we have seen an evolution on research of children's suggestibility. The interest in the study of child suggestibility emerges a consequence of the increasing amount of children that testifies in forensic/law-court context. These studies have as main goal the understanding of the phenomenon itself, as well as the factors that influence it.

The biggest controversy around child suggestibility relates with chronological age. While some authors argue that younger children are more suggestible than older ones (Cunha, 2010; Gudjonsson, 1997), others argue that children are less suggestible than adults (Goodman, Batterman-Faunce, & Kenney, 1992).

However, other factors have been taken into account for understanding child suggestibility, including individual characteristics (such as memory and social desirability).

Because children's testimonies have acquired an increased importance, this study has a main objective the understanding of some of these aspects within three groups of children: 5/6 years-old, 8/9 years-old and 10/11 years-old. For this, we adapted a scale to assess child suggestibility, based on the GSS (Gudjonsson, 1997), also evaluating some individual characteristics such as memory.

The results show that younger children have worse results on recall measures than older children at the same time they showed to be more suggestible, revealing that these two variables are uncorrelated. The same is evidenced by the higher number of confabulations produced by older children. As for a social desirability, we perceived that it must be taken into account when assessing child suggestibility, once it influences it.

We conclude that particular attention should be given to some variables present on interrogation, including the use of suggestive questions, biases and researcher's expectations, as well as the confabulation processes, including memory distortions.

Keywords: Child suggestibility, false memories, child testimony, chronological age, social desirability.

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract	V
Índice	VI
Introdução	7
Enquadramento teórico	8
Estudo de falsas memórias e o paradigma DRM	8
O conceito de sugestionabilidade	9
Estudo da sugestionabilidade: modelos teóricos	11
Instrumentos e baterias de avaliação da sugestionabilidade	17
Estudo	19
Objectivos	19
Problemas de investigação	19
Método	20
Amostra	20
Procedimentos e materiais	20
Construção do instrumento de avaliação da sugestionabilidade	20
Children's Social Desirability (CSD)	22
Prova de evocação de pseudo-palavras	23
Resultados	24
Deterioração da memória	24
Sugestionabilidade	25
Desejabilidade Social	27
Prova de Evocação de Pseudo-Palavras	28
Efeito da introdução do feedback negativo	29
Mudança	30
Confabulação: Distorções e Invenções	30
Análise Qualitativa	31
Diferenças entre o presente estudo e o estudo de Cunha (2010)	31
Definição do ponto de corte	34
Discussão dos resultados	35
Conclusão	39
Referências bibliográfica	40
Anexos	44

1. Introdução

Com a crescente preocupação com o bem-estar e direitos das crianças, o abuso sexual tem sido estudado amplamente nos últimos anos. Neste sentido, sendo o abuso sexual um crime silencioso e para o qual raramente existem testemunhas para além da vítima e do agressor, torna-se essencial a presença das crianças em tribunal para testemunhar.

Existindo o mito da credibilidade e veracidade das memórias infantis, a Psicologia Forense tem vindo a interessar-se pelo estudo da credibilidade dos testemunhos em geral e das crianças em particular. Neste sentido, e devido ao crescimento dos estudos sobre falsas memórias, muito se tem especulado e investigado acerca da sugestionabilidade em crianças.

Uma vez que o depoimento testemunhal se baseia essencialmente na memória da criança, isto é, no relato de um acontecimento, o estudo das memórias falsas tem-se mostrado essencial na investigação da sugestionabilidade e relatos falsos. Investigações na área da memória (Schacter, 1999), mostram que o tempo é um dos factores que potencia o esquecimento e a criação de distorções. Desta forma, quanto mais tempo decorre entre o acontecimento e a sua evocação, mais informação se perde e distorce, tornando-se as memórias do acontecimento mais gerais devido à perda de detalhes e de pormenores específicos. Este dado é particularmente verdade no caso das crianças, sendo que o tempo leva a uma perda gradual das especificidades e ao aparecimento de distorções, o que acontece muito por causa do seu desenvolvimento pessoal que altera a percepção sobre si, dos outros e do mundo (Costa & Pinho, 2010).

Outro aspecto relevante no estudo do testemunho é o facto de os depoimentos das crianças serem na maioria das vezes obtidos através de entrevistas forenses construídas inicialmente para adultos, e o mesmo se passa com os instrumentos de avaliação da sugestionabilidade. Neste sentido, a Psicologia Cognitiva e a Psicologia Forense, têm vindo a unir esforços de modo a compreender e construir instrumentos e entrevistas adequadas às crianças, que possibilite a obtenção de relatos o menos sugestivos e mais credíveis possível.

Desta forma, o presente estudo encontra-se estruturado em duas partes: primeiramente efectuaremos uma revisão do estado da literatura sobre o tema e, numa segunda parte, apresentaremos a investigação desenvolvida.

Assim, este trabalho, tem como objectivos a construção de um instrumento de avaliação da sugestionabilidade infantil, baseado nas Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (Gudjonsson, 1997), e adequado às crianças; compreender a evolução da sugestionabilidade com a idade; perceber se existem diferenças entre géneros quanto à sugestionabilidade; avaliar a influência da capacidade mnésica na resistência a questões sugestivas; e investigar a relação entre a desejabilidade social e a sugestionabilidade infantil.

Começaremos então por apresentar uma breve revisão do estado da arte sobre este tema, possibilitando um enquadramento teórico e conceptual do trabalho desenvolvido.

2. Enquadramento teórico

Estudo de falsas memórias e o paradigma DRM

Por diversas vezes, a nossa memória para acontecimentos, histórias e experiências é distorcida dando origem a falsas memórias, que segundo Pimentel e Albuquerque (2007), são originadas através da sugestão repetida.

Então, porque será que temos memórias de eventos e acontecimentos que na realidade nunca aconteceram ou não aconteceram exactamente dessa forma?

Actualmente, o fenómeno das memórias falsas é o principal foco de estudo no âmbito da investigação em memória humana (Albuquerque & Pimentel, 2005). As memórias falsas têm, ao longo dos tempos, descredibilizado os testemunhos infantis, no sentido em que existe uma constante desconfiança acerca da credibilidade e veracidade dos seus relatos, colocando em causa as técnicas e métodos de entrevista forense e pericial.

Deste modo, nos últimos anos, surgiram vários estudos dedicados a este tema, a partir dos quais têm emergido diversos paradigmas que têm como principal objectivo explicar este fenómeno. De um vasto conjunto de paradigmas, tem-se destacado o DRM - paradigma de Deese-Roediger-McDermott, utilizado preferencialmente em adultos. O paradigma DRM consiste na apresentação de listas de palavras associadas a uma palavra que não consta na lista, seguido de uma tarefa de evocação ou reconhecimento. Este paradigma revela que, apesar de uma palavra nunca ter sido apresentada, os participantes por vezes evocam-na ou identificam-na como tendo estado presente na lista de palavras apresentada.

A aplicação deste paradigma a crianças está apenas no princípio, destacando-se dois estudos: Brainerd, Reyna, e Forrest (2002, in Carneiro, Albuquerque, Fernández & Esteves, 2007).; Ghetti, Qin e Goodman (2002, in Carneiro et al. 2007). Estes dois estudos destacam-se uma vez que revelaram resultados bastantes distintos.

Por um lado, Brainerd e colaboradores (2002) constataram que o número de falsas memórias aumentam significativamente dos 5 anos de idade até à idade adulta, resultados corroborados posteriormente por Howe (2005).

Por outro lado, Ghetti e colaboradores (2002), concluíram que as falsas memórias surgem em maior número nas crianças mais novas, quando comparadas com crianças mais velhas, adultos e idosos.

Os diferentes resultados obtidos nestes dois estudos podem, no entanto, ser justificadas e explicadas pelo facto de as listas de palavras não ser adaptada à idade dos participantes (listas criadas para a avaliação de falsas memória em adultos), bem como pelas diferenças no tempo de intervalo de retenção, pois o paradigma DRM defende que quanto maior é o tempo de retenção, maior a probabilidade de produção de falsas memórias (Roediger & McDermott, 1995, in Pimentel & Albuquerque, 2007).

Também Carneiro, Albuquerque, Fernández e Esteves (2007), utilizaram o paradigma DRM para estudar a produção de falsas memórias, tendo adaptado as listas de palavras às idades dos participantes. Este estudo corroborou os resultados de Brainerd e Reyna (2002, in Carneiro et al, 2007), ao constatar que as crianças de idade pré-escolar produzem menos falsas memórias do que crianças mais velhas e adultos (Carneiro et al, 2007).

Impulsionados pelos resultados controversos no estudo das falsas memórias, foram diversos os autores que se dedicaram ao estudo da sugestionabilidade infantil. Uma vez que todos somos susceptíveis de produzir memórias falsas, fazendo relatos de eventos que nunca aconteceram, este fenómeno tornou-se fulcral no âmbito da Psicologia da Justiça, nomeadamente no que respeita à obtenção de relatos de acontecimentos através de crianças.

O conceito de sugestionabilidade

Sendo que o estudo da sugestionabilidade infantil é muito recente e ainda bastante desconhecido, uma vez que a sua exploração ainda está pouco desenvolvida, não existe um conceito único de sugestionabilidade. No entanto, esta pode ser entendida como uma disposição psicológica das pessoas para seguirem uma sugestão dada por outra pessoa ou apontada por um acontecimento, integrando essa sugestão na sua história pessoal ou agindo em conformidade com ela (Wagstaff, 1991). Também Schacter (2003, in Stein, Pergher & Feix, 2009) vai ao encontro desta definição ao sugerir que a sugestionabilidade é a tendência individual para integrar informações que são armazenadas já de forma distorcida, nas suas memórias pessoais.

Por sua vez, Gudjonsson e Clark (1986, in Gudjonsson, 1997), definem este fenómeno como sendo o modo como as pessoas aceitam mensagens presentes numa interacção social, e de que modo estas mensagens alteram o seu comportamento.

Actualmente a sugestionabilidade é entendida como o modo como os factores sociais, individuais e psicológicos influenciam a retenção, codificação e recuperação de determinados acontecimentos (Ceci & Bruck, 1993, in Motzkau, 2005). Isto é, presentemente a sugestionabilidade é entendida como derivando de uma multiplicidade de factores, bem como da sua interacção.

Mas afinal que mecanismos suportam este fenómeno? Serão as crianças sugestionáveis por força da desejabilidade social no momento de responder ao entrevistador? Ou para agradar ao entrevistador que é tido como uma fonte de autoridade? Será que as crianças, ao repetirem várias vezes o mesmo relato com informações falsas, alteram o seu funcionamento cognitivo, acreditando de facto no seu relato apesar de falso?

Segundo Ceci e Bruck (1993, in Cunha, 2010), as crianças são sugestionáveis por efeito de pressões sociais, isto é, para estes autores, as crianças confiam nos adultos, por os considerarem figuras de referência, e por isso tendem a dar respostas que julgam agradar-lhes, independentemente da sua veracidade. Este fundamento justifica o facto de que, quando as crianças são questionadas duas vezes acerca da mesma coisa, alteram, na maioria das vezes a sua resposta, uma vez que interpretam a

repetição da questão como uma segunda oportunidade para responder de modo correcto, isto é, as crianças entendem que o entrevistador não gostou da sua primeira resposta e por isso alteram-na de modo a agradar-lhe.

Também Cassel, Roebbers e Bjorklund (1996, in Cunha, 2010) elaboraram um estudo onde mostraram que as crianças são mais sugestionáveis do que os adultos, mas que, quando questionados alguns anos mais tarde sobre o mesmo facto, as crianças são capazes de relatar a história original de modo não sugestivo e verídico.

Em contraponto, outros autores (Brainerd & Ornstein, 1991, in Bruck & Ceci, 1999) defendem que a sugestionabilidade influencia o modo como as crianças codificam, armazenam e recuperam a informação. Desta forma, quando as crianças armazenam informação sugestiva, ao recuperarem a informação sobre esse acontecimento, vão produzir relatos que não correspondem à realidade.

Desde o final do século XX que têm surgido diversos estudos, sobretudo internacionais, acerca da sugestionabilidade infantil. No entanto, estes estudos não se têm mostrado concordantes nos seus resultados, à semelhança dos estudos acerca de falsas memórias.

No centro desta controvérsia estão, essencialmente os resultados que dizem respeito à associação entre a idade cronológica e a sugestionabilidade. Isto porque alguns autores defendem que crianças são mais sugestionáveis do que indivíduos de qualquer outra faixa etária (Ceci & Bruck, 1993, in Cunha, 2010), contrapondo com autores que advogam que as crianças são menos sugestionáveis (Goodman, Batterman-Faunce & Kenney, 1992, in Bruck & Ceci, 1999) do que indivíduos mais velhos (crianças mais velhas, adultos e idosos).

Mediante os seus resultados de que as crianças mais novas eram mais sugestionáveis do que as crianças mais velhas, o foco de estudo passa a ser no modo como as entrevistas sobre o episódio de vitimação era elaborada, nomeadamente entrevistas para obtenção de relatos/depoimentos em casos de crianças abusadas sexualmente.

Neste sentido, Ceci e colaboradores (1993, in Cunha 2010), começaram então a interessar-se e a investigar o uso das questões sugestivas nas entrevistas com crianças e o efeito do próprio entrevistador no relato da história, como será abordado posteriormente.

Como já referido anteriormente, Goodman e colaboradores (1992, in Bruck & Ceci, 1999), advogam a ideia de que as crianças são pouco sugestionáveis. Segundo estes autores, para este resultado, contribui o facto de os entrevistadores utilizarem um tom neutro no modo como questionam as crianças e de não utilizarem questões sugestivas, tornando assim possível contornar a questão da sugestionabilidade.

Então, se é possível contornar e controlar estes factores, porque surgem relatos falsos?

Para Goodman e colaboradores (1992, in Bruck & Ceci, 1999), as crianças produzem de modo espontâneo informações e memórias falsas, produzidas quer por confusões e distorções de interpretação quer por ansiedade própria do momento de reprodução do seu relato.

Estudo da sugestionabilidade: modelos teóricos

Após uma breve referência ao estado actual da investigação realizado no âmbito da sugestionabilidade infantil, bem como à sua definição, segue-se uma abordagem a alguns modelos teóricos que se têm desenvolvido nesta área de estudo, de modo a facilitar a compreensão dos focos de investigação, bem como dos métodos utilizados nas mesmas.

Nos últimos anos temos assistido a uma procura intensa e crescente pelos falsos relatos produzidos nos depoimentos das crianças, o que resultou em diversos estudos acerca da sugestionabilidade.

Sendo este um ponto tão sensível tanto a nível da justiça quanto social, tornou-se necessário a criação de novas formas e instrumentos de avaliação da sugestionabilidade presente nos relatos das criança (Costa & Pinho, 2010).

No centro da investigação da sugestionabilidade infantil está o paradigma da desinformação. Esse paradigma surge em 1974, proposto por Loftus e consiste na apresentação de diversos diapositivos sobre um acontecimento com características criminais, nomeadamente um acidente de viação. Imediatamente a seguir à apresentação das imagens referentes ao acidente, os sujeitos são instruídos no sentido de escreverem tudo aquilo que se recordam das imagens. Seguidamente são questionados acerca do acontecimento visualizado, questionário esse que inclui diversas perguntas sugestivas, tais como: “A que velocidade circulavam os carros quando embateram um no outro?”. Esta questão tem um cariz sugestivo, uma vez que a imagem visualizada do carro envolvido no acidente é estática, não havendo por isso qualquer indicação acerca da sua velocidade de circulação (Loftus & Palmer, 1974). As restantes questões variavam apenas nos verbos utilizados, tais como “colidir” e “esmagar”. A utilização destes tipos de verbos utilizados, tem, igualmente, como objectivo sugestionar o inquirido.

Loftus e Palmer (1974) demonstraram que as perguntas sugestivas conduziam assim a relatos menos credíveis, por parte dos respondentes, pois estes descreviam detalhes e pormenores que nunca visualizaram nos diapositivos. A este método de investigação deu-se o nome de Paradigma da Desinformação, na medida em que existem diversos factores que distorcem as informações originais, produzindo relatos menos credíveis. O nome deste paradigma deve-se ao facto de existirem informações nas respostas dos indivíduos que não constavam das informações visualizadas nos diapositivos, parecendo existir um processo de desinformação da parte dos respondentes.

Este paradigma é ainda hoje amplamente utilizado no estudo da sugestionabilidade, nomeadamente na sugestionabilidade infantil, pois permite aceder directamente ao efeito da introdução de perguntas sugestivas nas respostas das crianças.

Na década de 80, nos primórdios da investigação sobre sugestionabilidade, os investigadores optavam, na sua maioria, por um método de estudo que consistia em apresentar às crianças questões

sugestivas, isto é, questões que contêm premissas falsas, acerca de uma história que as crianças visualizavam ou lhes era contada.

Utilizando este método, Ceci e Bruck (1993, in Cunha 2010), concluíram que as crianças mais novas são mais sugestionáveis, fenômeno esse que tendia a diminuir com o avançar da idade.

No entanto, as conclusões deste estudo são controversas, uma vez que, as histórias apresentadas não eram de índole pessoal. Por este motivo, este estudo denota algumas lacunas, uma vez que, não sendo as questões pessoais, os resultados não são aplicáveis a casos de abuso sexual, onde a história diz respeito ao próprio sujeito que é entrevistado (Ceci & Friedman, 2000).

Para evitar algumas lacunas verificadas nos estudos que utilizavam este método, os estudos posteriores (Ceci & Friedman, 2000, in Scullin, Kanaya, & Ceci, 2002) pautam-se por algumas mudanças, tais como: inclusão de crianças de idade pré-escolar, utilização de histórias mais pessoais (e.g., ser tocado), e, ao invés do que sucedia anteriormente, os investigadores deixam de se focar tanto na mera utilização de questões enganosas e sugestivas, preferindo adaptar as entrevistas forenses a cada caso.

Rudy e Goodman (1991, in Ceci & Friedman, 2000) realizaram um estudo já com estas mudanças. Este estudo consistiu em avaliar a sugestionabilidade em crianças de 4 e de 7 anos. Para tal, algumas das crianças eram deixadas com um estranho, numa sala, com o qual faziam um jogo, enquanto que as restantes crianças ouviram apenas a história desse jogo, não participando nela. Dez dias depois, as crianças eram submetidas a algumas questões (algumas com premissas falsas), sobre o episódio em que tinham participado ou assistido conforme as condições manipuladas no estudo. Os autores concluíram que, quanto ao nível do relato do evento, não existiam diferenças significativas entre as crianças que tinham participado na história e as crianças que apenas a ouviram.

Uma questão que se prende com o estudo da sugestionabilidade e a sua relação com a variável idade é a possibilidade de algumas crianças mais novas não perceberem algumas das questões mais complexas, podendo desta forma responder ao acaso a perguntas que não compreendem, o que pode conduzir a um viés nos resultados obtidos, daí que, em estudo mais recentes, se utilizem amostras com idades cada vez mais variadas (Perry, 1995, in Warren & Marsil, 2002).

Influenciados pelos resultados deste estudo, Ceci e Bruck (1995, in Scullin, Kanaya, & Ceci, 2002), convencidos de que não basta apenas retirar as questões sugestivas para eliminar a sugestionabilidade, dedicam-se ao estudo do entrevistador e do contexto de entrevista, nomeadamente no que respeita às suas atitudes, comportamentos e expectativas.

O modo como o entrevistador ou avaliador aborda um determinado acontecimento e coloca as questões durante a entrevista, pode causar algum viés nas respostas obtidas. Isto pode acontecer devido ao modo como o entrevistador coloca as questões, pois, por vezes estas são colocadas de acordo com as expectativas e os estereótipos do próprio entrevistador, influenciando a resposta do entrevistado.

Segundo Ceci e Friedman (2000), as convicções do entrevistador, ou seja, o seu viés, pode influenciar o modo como este questiona as crianças, podendo usar um tom acusatório ou um tom defensivo, o que, segundo estes autores, aumenta a sugestionabilidade das crianças, que tendem a ajustar as suas histórias ao modo como cada entrevistador interpreta os factos, produzindo deste modo relatos sugestionáveis.

Muitas das vezes, os entrevistadores, procuram de modo incessante uma confirmação do episódio por parte da criança, ignorando qualquer pista que choque com as suas ideias pré-concebidas. Também Ceci e Bruck (1995), demonstraram que o viés do entrevistador pode provocar o aumento do grau de sugestionabilidade nas crianças.

Neste sentido, Thompson, Clarke-Stewart e Lepore (1997, in Bruck & Ceci, 1999), conclui que, nos seus relatos, as crianças tendem a ir ao encontro do viés do entrevistador, isto é, se o entrevistador toma uma posição acusatória (e.g. no que refere ao abusador sexual), a criança tende a confirmar uma história de abuso sexual, mesmo que inesistente.

Deste modo, Ceci e colaboradores (1999), acreditam que o viés do entrevistador mina toda a entrevista, o que é explicado através de alguns aspectos. Um desses aspectos é o uso preferencial de questões fechadas ao invés de questões abertas, que permitem uma menor recolha de informação e, como refere Peterson e Bell (1996, In Bruck & Ceci, 1999), a precisão na resposta das crianças é substancialmente melhor quando são colocadas questões abertas (91% de precisão) do que quando as questões são do tipo fechadas (45%). Ceci, Bruck e Battin (2000, In Stein, 2009) constataram também que as crianças em idade pré-escolar perante as perguntas de resposta “Sim/ Não”, tendem mais facilmente a aquiescer do que a responder negativamente.

Também Melnyk, Crossman e Scullin (2007, in Stein et al, 2009) alertam para o facto de que as crianças, quando sujeitas à mesma questão diversas vezes (quer na mesma entrevista quer em entrevistas diferentes), quando há repetição de entrevistas e quando o ambiente da entrevista não é o adequado (e.g. ruído), tendem a alterar as suas respostas tornando-se mais sugestionáveis.

Outra técnica utilizada na avaliação da sugestionabilidade infantil, consiste em pedir às crianças que imaginem determinados acontecimentos. Recorrendo a esta técnica, Ceci, Crotteau-Huffman, Smith e Loftus, (1994 a, in Bruck et al, 1999), concluíram que as crianças, por vezes, tendem a tomar como reais os acontecimentos que experienciaram em imaginação, desenvolvendo deste modo relatos falsos.

Poole e Lindsay (1995), investigaram o modo como os pais podem também sugestionar as crianças nos seus testemunhos. Neste estudo, as crianças participaram em algumas actividades num laboratório de ciência, e aos seus pais era fornecida uma história, para ler, acerca da experiência no laboratório, mas com algumas premissas falsas. Quando as crianças foram questionadas, algum tempo depois, acerca da experiência vivida no laboratório, 71% das crianças aquiesceram a questões que só constavam na história que os seus pais tinham lido, com informações que não constaram da real experiência dos filhos em laboratório.

Os autores concluíram que os pais têm o “poder” de sugestionar os seus filhos, não sendo as crianças capazes de identificar os seus pais como fonte de sugestão para a produção de relatos menos credíveis. Isto é, quando as crianças contaram aos pais a experiência que tiveram no laboratório, os pais, por terem lido uma história que não correspondia totalmente à realidade (introdução de premissas falsas), acrescentaram detalhes ao relato dos filhos, tendo essas informações sido integradas pelas crianças como fazendo parte do episódio que experienciaram, daí, alguns pormenores que só os pais tinham lido terem sido relatados na prova de evocação das crianças.

Estes resultados demonstram que as crianças evocam por vezes acontecimentos, que tomam como verdadeiros, que nunca aconteceram. Outros estudos têm demonstrado este fenómeno, como são exemplo Quas e Schaaf (2002) e Jones e Powell (2005).

No que diz respeito ao panorama nacional, o estudo da sugestionabilidade infantil está ainda nos seus primórdios.

A este nível, destaca-se o estudo de Cunha (2010), que adapta duas escalas de avaliação da sugestionabilidade: a Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS2, Gudjonsson, 1987 a) e a Escala de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças (VSSC, Scullin & Ceci, 2001), para a população portuguesa (as características das escalas originais serão discutidas no ponto seguinte).

Utilizando 120 crianças com 7 e 12 anos, Cunha (2010), aplicou estas duas escalas e concluiu que as crianças mais novas são mais sugestionáveis que as crianças mais velhas.

A sugestionabilidade é também entendida com base nas características individuais e desenvolvimentais das crianças, no entanto os resultados encontrados têm-se mostrado incongruentes (Chae & Ceci, 2006, in Stein et al, 2009; Cunha, Albuquerque & Freire, 2007; Costa & Pinho, 2010).

No que diz respeito às características desenvolvimentais e a sua relação com a sugestionabilidade, a investigação tem-se focado essencialmente no estudo das diferenças ao nível da aprendizagem e da deterioração da memória (Brainerd & Reyna (1988, Cunha, 2010). Nesta sequência, Saywitz e Lyon (2002, Stein et al., 2009) mostram que as crianças têm mais dificuldades que os adultos em distinguir as fontes de informação e optar pela correcta, daí construírem frequentemente relatos sugestionáveis.

As características individuais mais amplamente estudadas na relação com a sugestionabilidade têm sido a idade cronológica, a capacidade mnésica, o género, inteligência e desejabilidade social. Uma vez que a idade cronológica já foi anteriormente alvo de referência, apenas iremos aqui reportar os resultados relativos às restantes características individuais mencionadas.

No que diz respeito à variável género, os resultados são incongruentes, havendo autores que afirmam que as raparigas são mais sugestionáveis do que os rapazes (McFarlane, Powell & Dudgeon, 2002, in Costa & Pinho, 2010), e outros que defendem não existirem diferenças significativas entre géneros ao nível da sugestionabilidade infantil (Gudjonsson, 1997).

Segundo Chae e Ceci (2006), a inteligência é tida como um preditor fundamental para o grau de sugestionabilidade infantil. Isto é, segundo estes autores, a sugestionabilidade está correlacionada

com a inteligência, na medida em que um nível mais elevado de inteligência permite às crianças afastarem-se do erro, ou seja, avaliar mais correctamente as fontes de informação produzindo deste modo relatos mais credíveis. Deste modo, e segundo os resultados do estudo dos referidos autores, quanto mais inteligente for o indivíduo, menos sugestionável.

Também Bruck e Melnyk (2004, in Stein, 2009), num estudo com crianças portadoras de deficiência mental, concluíram que estas são mais sugestionáveis do que crianças sem deficiência mental da mesma faixa etária. O mesmo se verifica com crianças cuja habilidade linguística está mais desenvolvida, ao revelarem-se menos sugestionáveis do que crianças da mesma idade, mas com capacidade linguística mais reduzida.

No seu estudo, Ceci, Papierno e Kulkofsky (2007), interessaram-se também pelas capacidades semânticas das crianças, e de que modo estas afectavam ou não o grau de sugestionabilidade. Para estes autores, a capacidade semântica diz respeito ao domínio do conhecimento da língua, bem como à capacidade de usar a linguagem, bem como a capacidade de aprender e atribuir significado aos conceitos. Através deste estudo, foi possível constatar que crianças com capacidades semânticas mais avançadas, são menos susceptíveis a questões sugestivas. Este estudo leva a uma nova onda de investigações muito actuais, que pretendem demonstrar que a idade cronológica não é o melhor, ou único preditor da sugestionabilidade, sendo a sugestionabilidade infantil influenciada por uma multiplicidade de factores e sua interacção, não se esgotando no factor idade cronológica.

No que diz respeito ao estudo da influência da memória na sugestionabilidade infantil, o foco centra-se na questão: será a memória para acontecimentos importantes um preditor de maior resistência à sugestionabilidade?

Segundo Lehman (in Costa & Pinho, 2010), existe uma correlação negativa entre memória e sugestionabilidade, uma vez que, quanto melhor uma criança recorda um dado acontecimento, mais resistente é à sugestão, associação que também é defendida por Candel, Merckelbach, Jelicic, Limpens e Widdershoven (2004).

Também a desejabilidade social tem sido amplamente estudada, bem como a sua relação com a sugestionabilidade infantil, nomeadamente no que respeita à tendência dos indivíduos para responder às questões que lhe são colocadas de modo socialmente mais aceite e esperado, correspondendo deste modo às expectativas sociais.

Este fenómeno pode ser descrito, segundo Richman (1999, in Costa & Pinho, 2010), como sendo a tendência para as pessoas fornecerem respostas falaciosas com o intuito de fornecerem uma imagem positiva e culturalmente aceite de si próprio, evitando a crítica em situação de teste. As respostas socialmente desejáveis são, por vezes, limitadoras de algumas investigações, uma vez que ao serem socialmente desejáveis, alguns resultados poderão não ser os mais verdadeiros, podendo desta forma não reflectir as verdadeiras crenças e opiniões das crianças.

Desta forma, várias escalas que avaliam este fenómeno têm sido construídas e aplicadas, como é o exemplo do CSD (Questionário de Desejabilidade Social para Crianças (Crandall, Crandall, &

Katkovsky, 1965) ou a RCMAS (Escala Revista de Ansiedade Manifesta para Crianças de Reynolds & Richmond, 1978; tradução e adaptação de Fonseca, 1992, in Costa & Pinho, 2010). Ambas as escalas foram já utilizadas pelos seus autores, de modo a avaliar a desejabilidade social e a sua relação com a sugestionabilidade infantil.

Deste modo, a aplicação do CSD (Crandall et al, 1965), demonstrou que a desejabilidade social é inversamente proporcional à idade cronológica, isto é, crianças mais velhas, dão menos respostas socialmente desejáveis do que as crianças mais novas. Este dado é particularmente interessante, visto que, se a sugestionabilidade diminui com o avançar da idade (Ceci & Bruck, 1993), e a desejabilidade social também, poderá existir alguma relação entre ambas como Ceci e Bruck (1993, in Cunha, 2010), demonstraram.

A aplicação da ECMAS permite igualmente perceber que crianças mais novas, são mais sugestionáveis e consequentemente apresentam um maior número de respostas socialmente desejáveis do que as crianças mais velhas (Costa & Pinho, 2010).

Como podemos constatar através dos estudos e resultados aqui apresentados, não existe um perfil específico de “criança sugestionável”. Existem sim algumas características que predispõem as crianças para um maior ou menor grau de sugestionabilidade, no entanto, podemos retirar algumas conclusões acerca do estudo da sugestionabilidade, baseadas nas investigações já feitas.

Desta forma, Ceci e Bruck (1993, in Cunha, 2010) e McAuliff, Kovera e Visweavaran (1998, in Bruck et al, 1999), sugerem que as crianças em idade pré-escolar são mais sugestionáveis do que indivíduos de qualquer outra faixa etária; por seu lado, Costa e Pinho (2010) afirmam que, apesar da evidência que os estudos dão às diferenças de idade, também as diferenças individuais, tais como o género, a auto-estima ou inteligência, influenciam de modo significativo o relato das crianças podendo produzir respostas sugestivas; e, segundo Poole e Lindsay (1995), podemos concluir que não são apenas sugestionáveis para detalhes periféricos das histórias, com efeito elas mostram-se também vulneráveis à sugestionabilidade em aspectos centrais para o relato dos acontecimentos.

Então como podemos distinguir relatos falsos de relatos verdadeiros?

Por vezes, os relatos produzidos podem ser falsos porque o entrevistado mente propositadamente ao entrevistador, outras vezes os relatos não correspondem à verdade porque o entrevistador é sugestionável. Desta forma, convém diferenciar mentira de sugestionabilidade. A mentira, segundo Vrij, Granhag e Porter (2010) é um acto consciente e intencional, e que pode ter por base várias razões psicológicas (e.g. para nos protegermos a nós próprios ou para evitar conflitos e consistir em alterar ou inventar uma situação/acontecimento que não corresponde à realidade (DePaulo, Kashy, Kirkendol, Wyer, & Epstein, 1996, in Vrij et al., 2010). Já a sugestionabilidade é um fenómeno que não depende da vontade do indivíduo, pois este altera o seu relato sobre os acontecimentos por influências externas (e.g. responder a perguntas sugestivas).

Bruck, Ceci e Hembrooke, (1997a, in Bruck & Ceci, 1999), defendem que a distinção entre relatos falsos e relatos verdadeiros não é fácil, uma vez que os relatos falsos, ao fim de algumas

repetições, são tão detalhados, adjectivados e espontâneos como os relatos verdadeiros. No entanto existem duas formas de distinguir estas duas situações. Nos relatos verdadeiros, as crianças tendem a repetir mais vezes o mesmo detalhe do que nos relatos falsos, onde em cada entrevista, as crianças acrescentam novos detalhes. A segunda forma de diferenciar relatos falsos de verdadeiros, é o facto de que em relatos falsos, os detalhes tornam-se cada vez mais exagerados, fantásticos, fantasiados e de tonalidade agressiva.

É também sabido que, segundo Toris e DePaulo (1984, in Vrij 2010), quanto mais explorada for uma ideia/resposta/situação/acontecimento por parte do entrevistador, mais difícil se torna para o indivíduo prosseguir com o seu relato falso, pois à medida que o tema é explorado, mais incongruências o indivíduo comete/relata.

Instrumentos e baterias de avaliação da sugestionabilidade

Existem diversas escalas, instrumentos e baterias de avaliação da sugestionabilidade infantil, no entanto vamos analisar apenas três. A escolha destas três escalas deve-se ao facto de se tratar de escalas com três modalidades de avaliação distintas: vídeo, audição e escrita.

Desta forma, optámos pelas seguintes escalas: Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson - GSS (Gudjonsson, 1984 a, in Gudjonsson, 1997). Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças – VSSC (Scullin & Ceci, 2001, in Cunha 2010) e Escalas de Sugestionabilidade em Livro – BSSC (Warren, Scullin & Ceci (1999 a, in Cunha, 2010).

Para Gudjonsson e Clark (1986, in Gudjonsson, 1997), a sugestionabilidade resulta de diversos factores, externos e internos, no sentido em que esta é influenciada pela interacção social, o modo de questionamento, a sugestionabilidade contida nas questões, a aceitação da sugestão e a resposta do indivíduo à mesma. Sigurdsson e Gudjonsson 1996, in Smeets, Leppink, Jelicic, & Merckelbach, 2009), definiram sugestionabilidade interrogativa como a tendência dos indivíduos para desenvolver crenças falsas, quando sujeitos a pressão interrogativa.

De modo a avaliar a sugestionabilidade interrogativa, Gudjonsson e Clark (1984, 1997, in Smeets, Leppink, Jelicic, & Merckelbach, 2009), desenvolveram uma escala de avaliação da mesma, denominada GSS- *Gudjonsson Suggestibility Scales*, que tem como objectivo avaliar o impacto das questões sugestivas no relato de um acontecimento. Esta escala apresenta duas formas: GSS1 e GSS2, diferindo estas apenas no seu conteúdo forense- GSS1- história sobre o roubo de uma carteira; GSS2- história sobre um pequeno acidente de bicicleta.

A administração destas escalas inicia-se com a apresentação de uma história gravada em áudio, pedindo-se aos sujeitos que tomem o máximo de atenção possível, pois mais tarde terão de a recordar. Segue-se uma prova de evocação imediata, onde os sujeitos devem recordar o máximo de elementos da história. Após a evocação livre segue-se um intervalo de tempo de 50 minutos, ao fim dos quais é solicitada nova evocação. São, de seguida, administradas 20 perguntas, das quais 5 são verdadeiras, 5 afirmativas, 5 com duas alternativas falsas e 5 capciosas.

No fim das 20 questões o entrevistador aplica feedback negativo, dizendo ao sujeito que o seu desempenho não terá sido o melhor, pois errou em algumas questões, e por isso estas questões terão de ser novamente colocadas e respondidas.

A utilização desta escala com grupos de faixas etárias mais elevadas mostra que a sugestionabilidade tende a decrescer com o avançar da idade (e.g. Danielsdottir, Sigurgeirsdottir, Einarsdottir, & Haraldsson, 1993, in Scullin, Kanaya, & Ceci, 2002).

Baseados nas GSS, surge as VSSC, com o objectivo de avaliar a sugestionabilidade em crianças muito pequenas, recorrendo-se à visualização de um vídeo. Um dia depois e uma semana depois da visualização do vídeo, as crianças são convidadas a evocar o máximo de elementos que se recordam da história, sendo de seguida questionadas acerca da mesma. No final do questionário, é aplicado feedback negativo às crianças e as questões são repetidas.

A aplicação desta escala mostra que não há diferenças estatisticamente significativas ao nível do desempenho entre rapazes e raparigas e ao nível do primeiro e segundo desempenho no questionário, ou seja, não existe uma influência significativa da introdução do feedback negativo na alteração das respostas do primeiro para o segundo questionário (Scullin & Ceci, 2001, in Scullin, Kanaya, & Ceci, 2002). É ainda possível constatar que as crianças mais novas (3 a 5 anos), tendem a aquiescer mais às questões centrais e são mais sensíveis ao feedback negativo, isto é, mudam mais respostas após o feedback negativo, que as crianças mais velhas.

Posteriormente, a VCSS foi actualizada por Warren, Scullin e Ceci (1999 a, in Cunha, 2010), dando origem a uma nova versão: a BSSC, onde a história é escrita na forma de livro. Ao contrário das escalas auditivas e em vídeo, estas escalas facilitam a tradução e adaptação das histórias a vários idiomas. A aplicação e os resultados são semelhantes aos obtidos com a aplicação da VCSS.

Após esta breve revisão do estado da arte e dos instrumentos utilizados na avaliação da sugestionabilidade infantil, constatámos que a GSS tem sido a base para a construção e evolução destes instrumentos. Neste sentido, o presente estudo pretende construir um novo instrumento de avaliação semelhante à GSS adaptada à população portuguesa e a idades compreendidas entre os 5 e os 11 anos.

Com esta nova escala pretendemos verificar se os resultados já obtidos através de escalas baseadas na GSS como as que anteriormente foram referidas são obtidos na amostra em estudo.

Assim propomo-nos a construir um instrumento de avaliação da sugestionabilidade, com uma história que julgamos adequada e adaptada às idades que pretendemos estudar (5/6 anos, 8/9 anos e 10/11 anos), com o intuito de compreender alguns dos fenómenos que se julgam implicados na variável sugestionabilidade.

3. Estudo

3.1 Objectivos

Segue-se a descrição do estudo por nós realizado, que tem como principal objectivo a avaliação da sugestionabilidade infantil. Para além deste objectivo principal, propomo-nos também a construir um instrumento de avaliação da sugestionabilidade infantil, baseado nas Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson, avaliar a sugestionabilidade infantil em crianças de 5/6 anos, 8/9 anos e 10/11 anos; compreender a evolução da sugestionabilidade com a idade; perceber se existem diferenças significativas entre géneros a este nível; avaliar a influência da capacidade mnésica na resistência a questões sugestivas; e investigar a relação entre a desejabilidade social e a sugestionabilidade infantil.

Neste sentido, iniciámos o nosso estudo pela construção de um novo instrumento de avaliação, descrito mais adiante. Como o objectivo de adaptar e corrigir alguns pormenores do instrumento construído, de modo a que este se tornasse o mais ajustado possível à idade dos participantes procedemos à aplicação do mesmo a um grupo piloto, constituído por 8 crianças: 2 de 5 anos, 2 de 6 anos, 2 de 10 anos e 2 de 11 anos, sendo 4 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. A amostra foi recolhida num ATL, com autorização de todos os encarregados de educação dos participantes

Este estudo piloto permitiu-nos melhorar alguns aspectos da história construída, nomeadamente a linguagem utilizada, tornando-a assim mais compreensível para o grupo de crianças mais novas. Após a sua aplicação, e com base nos resultados apresentados de seguida, concluímos que existe uma diferença acentuada entre o total de sugestionabilidade nos dois grupos de idades avaliadas. Neste sentido, optámos assim por, no nosso estudo, integrar um grupo de idade intermédia (8/9 anos), de modo a obter uma análise mais detalhada sobre a evolução da sugestionabilidade infantil com a idade cronológica.

A aplicação da escala de avaliação da sugestionabilidade ao grupo piloto permitiu concluir que as crianças mais novas demonstram um pior desempenho nas provas de evocação do que as crianças mais velhas, bem como, que no que as crianças mais novas, são mais sugestionáveis ($M= 22$, $DP= 1.4$) do que crianças mais velhas ($M= 16.75$, $DP= .50$) (Anexo 1).

3.2 Problemas de investigação

Tendo em conta os objectivos do presente estudo, procedemos à formulação dos principais problemas de investigação, com base na revisão da literatura efectuada.

Desta forma, os problemas de investigação que estão na base da análise dos resultados recolhidos serão as seguintes:

- O tempo de retenção tem um efeito significativo na quantidade de unidades de informação evocadas no dois momentos.
- A capacidade de evocação aumenta com a idade.
- À medida que a idade aumenta a sugestionabilidade decresce.

- Crianças com um grau de desejabilidade social associada às suas respostas são mais sugestionáveis.
- Maior capacidade mnésica conduz a menos sugestionabilidade infantil.
- A introdução de feedback negativo potencia a mudança de resposta do primeiro para o segundo questionário.
- O processo confabulatório aumenta com o avançar da idade.

3.3 Método

3.3.1 Amostra

Para a realização deste estudo, tivemos a participação de 70 crianças, sendo 35 (50%) do sexo masculino e 35 do sexo feminino. A idade variava entre os 62 e os 142 meses ($M = 102.9$, $DP = 22.49$), sendo que 16 (22.9%) crianças tinham 5/6 anos, 35 (50%) tinham 8/9 anos e 19 (27.1%) tinham 10/11 anos.

Todos os dados foram recolhidos num Colégio privado do concelho de Braga.

A participação no estudo foi voluntária, sendo os encarregados de educação informados do seu objectivo e procedimentos, tendo para isso assinado um consentimento informado.

3.3.2 Procedimentos e materiais

Para a concretização deste estudo, optámos por construir um novo instrumento de avaliação da sugestionabilidade infantil, baseado nas Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson, descrito mais adiante (Anexo 2).

De modo a perceber de que forma a desejabilidade social interfere na sugestionabilidade infantil, foi utilizado o *Children's Social Desirability* (CSD) – versão reduzida, de 14 itens (Crandall, Crandall, & Katkovsky, 1965, versão traduzida por Costa, & Veloso 2008) (Anexo 3).

Foi ainda utilizada a Prova de Evocação de PseudoPalavras, de modo a compreender a relação entre o desempenho mnésico e a sugestionabilidade infantil (Anexo 4).

3.3.2.1 Construção do instrumento de avaliação da sugestionabilidade

Como já referimos o instrumento de avaliação da sugestionabilidade utilizado no presente estudo, é baseado nas Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson- GSS.

Para a sua construção, foi criada uma história, sem conteúdo criminal, a qual foi dividida em 44 unidades de informação (GSS- dividida em 40). Esta história é apresentada de seguida:

“O André e o Simão Almeida / são irmãos / e moram em Lisboa. / São dois rapazes atléticos, / que adoram andebol, / e jogam no Sporting. / Vivem com os pais, / numa pequena casa, / que tem um jardim, / onde o seu cão Balú / tem a sua casota. / O André anda na escola primária / e o Simão na secundária / onde a mãe deles trabalha.”

Uma quarta-feira / de manhã, / em Março, / os irmãos saíram de casa, / para a escola, / e no percurso ouviram / junto ao passeio / um telemóvel a tocar. / Os irmãos / ficaram sem saber o que fazer, / mas decidiram atender o telemóvel. / Ouviram então alguém / a dizer que se chamava Rita, / e que queria falar com a Joana. / Os rapazes / explicaram que tinham encontrado o telemóvel, / no meio da rua / e que gostariam de o entregar à dona. A Rita / explicou que a Joana / andava na escola secundária / Vasco Botelho. / Esta era também a escola do Simão. / Ao chegar à escola / o Simão procurou a Joana, / da turma 10º J / e entregou-lhe o telemóvel. / Passados quatro anos / sobre este episódio / a Joana e o Simão ainda são amigos.”

Seguindo o modelo de Gudjonsson, foi também criado um questionário com 20 perguntas, sendo 5 verdadeiras (1, 5, 9, 13, 17 - e.g. “O Simão e o André são irmãos”), 5 com duas alternativas falsas (2, 6, 10, 14, 18 – perguntas cujas respostas têm opção por duas alternativas igualmente falsas - e.g. “A casa dos irmãos é branca ou amarela?”), 5 afirmativas (3, 7, 11, 15, 19 - perguntas que não têm premissas salientes ou expectativas, mas que podem ser capciosas porque geram a dúvida - e.g. “A mãe dos rapazes é professora?”) e 5 capciosas (4, 8, 12, 16, 20- perguntas que incluem uma ou duas premissas que geram a expectativa de uma certa resposta – e.g. “O dois rapazes são saudáveis?”).

Esta escala tem como objectivo medir o poder das questões sugestivas na resposta das crianças, bem como a mudança conseguida nas respostas dos entrevistados através da introdução do feedback negativo.

A aplicação inicia-se com a audição da história criada, à qual se segue a evocação da mesma por parte da criança, o que permite a primeira medida de memória, uma vez que serão contabilizados todos os elementos que a criança evocou correctamente de acordo com a divisão da história em unidades de informação (Gudjonsson, 1997). A pontuação deste momento de evocação processa-se da seguinte forma: 0 pontos se a criança não for capaz de evocar nenhuma informação referente a uma unidade de informação; 0,5 pontos se a criança é capaz de evocar alguma informação referente a uma unidade de informação; e 1 ponto por cada unidade de informação recordada de modo correcto. O resultado máximo nesta tarefa de evocação são 44 pontos, uma vez que a história se encontra dividida em 44 unidades de informação.

Como já foi referido anteriormente, segue-se um intervalo de retenção de aproximadamente 50 minutos, que será ocupado com a aplicação da CSD e Prova de Evocação de PseudoPalavras.

Findas estas tarefas, a criança é de novo convidada a relatar/recordar a história, o que permite o segundo momento de avaliação da memória dos participantes. Esta segunda evocação torna possível determinar a deterioração da memória durante o intervalo de retenção, através da subtracção do total de unidades de informação evocados no segundo momento de evocação, pelo número de unidades de informação evocados no primeiro momento de avaliação da memória.

Ambos os momentos de evocação permitem ainda calcular as distorções – número de unidades de informação que estão presentes na história, mas que são evocados de forma distorcida; as invenções

– número de vezes que a criança relata informação que não está presente na história; e o total de confabulações – obtida através da soma das distorções e das invenções.

Após a segunda evocação, segue-se a aplicação do questionário de 20 perguntas sendo as crianças informadas de que podem dar qualquer resposta, tais como “sim”, “não”, “não sei”, ou qualquer outra.

Findo este questionário é introduzido feedback negativo (e.g. “O teu desempenho nas respostas às questões não foi o melhor, erraste muitas delas, por isso vamos ter de repetir o questionário”), e segue-se uma segunda aplicação do questionário.

Tal como na GSS, estas escalas permitem 4 tipos de pontuações: *Submissão1*, *Submissão2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*. Desta forma, a pontuação da *Submissão1* corresponde ao número de respostas “sim” às 15 perguntas sugestivas no primeiro questionário, sendo que a *Submissão2* corresponde ao questionário 2, sendo a pontuação máxima de 15 pontos. A *Mudança* diz respeito ao número de respostas que as crianças alteram entre o primeiro questionário e o segundo questionário mediante a introdução do feedback negativo (pontuação máxima de 20 pontos pois todas as perguntas estão sujeitas a mudança de resposta). Por fim, a *Sugestionabilidade Total* é conseguida através do somatório da *Submissão 1* e do número de *Mudanças*, permitindo um total máximo de 35 pontos- máximo de *Sugestionabilidade* possível nesta escala.

É ainda de salientar que todas as evocações são integralmente transcritas.

3.3.3.2 Children's Social Desirability (CSD)

Para a avaliação da desejabilidade social optámos pela utilização da versão reduzida da CSD, traduzida por Costa e colaboradores (2008).

O CSD é um questionário que permite perceber o grau em que as crianças respondem conforme o que julgam ser o mais aceitável pelos outros, de modo a não contrariar as suas expectativas.

A escala original é constituída por 48 itens, sendo que os itens representam acontecimentos/comportamentos inaceitáveis e outros itens referem-se a comportamentos considerados aceitáveis e esperados cultural e socialmente. Na CSD apenas são permitidas respostas de “Sim” e “Não”.

A versão reduzida da CSD, utilizada neste estudo, é composta por apenas 14 itens (itens 11, 14, 16, 20, 22, 23, 26, 28, 32, 34, 37, 43, 44, 46 da escala original de Crandall, Crandall, & Katkovsky, 1965). Destes 14 itens, espera-se que 4 deles (2, 5, 7 e 12) obtenham uma resposta “sim” e os restantes itens uma resposta “não”. Estas serão as respostas socialmente desejáveis. Para avaliar a desejabilidade social, que varia entre 0 e 14 (número de itens), são somadas as respostas dadas pelas crianças que vão de encontro às respostas esperadas socialmente, sendo 14 o máximo de desejabilidade social.

3.3.3.3 Prova de Evocação de PseudoPalavras

A utilização desta prova tem como objectivo perceber se a amplitude de memória está relacionada ou não com o grau de sugestibilidade total nas crianças.

A Prova de Evocação de PseudoPalavras é baseada no subteste do WMTB-C (Pickering & Gathercole, 2001) que avalia a memória de trabalho e é constituída por uma lista de pseudo-palavras, isto é, palavras que não fazem parte do léxico português mas que apresentam uma estrutura semelhante à das palavras do nosso léxico (e.g., Raca, Lace ou Dola etc.).

Esta prova está dividida em 6 blocos de palavras e cada bloco corresponde a uma extensão ou amplitude de memória. A primeira extensão é constituída por 6 pseudopalavras, que são ditas uma a uma. Após cada palavra, a criança deve evocá-la correctamente. A segunda extensão é composta por 12 palavras, que são ditas de duas a duas; a extensão três tem 18 palavras que são ditas três a três e assim sucessivamente. Desta forma, com o avançar da prova e da correspondente extensão em medição, o grau de dificuldade aumenta também.

As palavras são ditas pelo investigador num tom de voz constante e claro.

Após a audição de cada sequência ou conjunto de sequências (consoante a extensão que está a ser aplicada), os participantes devem tentar recordar a mesma. Em cada extensão, assim que a criança evoca correctamente de 4 das 6 sequências de pseudopalavras ou conjunto de sequências de pseudopalavras, avança-se para a extensão imediatamente a seguir. Este procedimento baseia-se na ideia de que se a criança é capaz de repetir correctamente 4 sequências de pseudopalavras ou conjuntos de sequências de pseudopalavras em 6, então será capaz de repetir correctamente 100% das palavras daquela amplitude. A partir do momento em que a criança não é capaz de repetir correctamente 4 pseudopalavras de uma amplitude, a prova é imediatamente cessada, correspondendo a amplitude de memória da criança ao nível anterior (amplitude onde a criança repetiu correctamente 4 sequências de pseudopalavras ou conjuntos de sequências de pseudopalavras).

No que respeita à pontuação desta prova, por cada pseudopalavra ou conjunto de pseudopalavras que a criança evoca correctamente, atribui-se 1 ponto, caso a criança erre na repetição da pseudopalavra, atribui-se 0 pontos. Desta forma, a pontuação máxima desta prova é 36 (6 sequências de pseudopalavras ou conjunto de sequências de pseudopalavras X 6 amplitudes possíveis).

Quando esta prova é aplicada a crianças muito pequenas, como é o caso do presente estudo, deve haver uma preocupação acrescida em esclarecer inicialmente o procedimento da mesma. Desta forma, o investigador deve alertar a criança de que vai ouvir alguns sons, que apesar de serem parecidos com algumas palavras que conhecem, não são iguais, e por isso devem estar muito atentos e repetir exactamente o que ouvem.

Aplicações de provas de evocação de pseudopalavras mostram-nos que as crianças mais novas possuem uma amplitude de memória mais baixa do que crianças mais velhas (Lobo, Acrani, & Ávila, 2008). Desta forma, espera-se que crianças com maior amplitude de memória sejam mais resistentes à sugestibilidade.

4. Resultados

Todos os dados recolhidos e respectivos resultados obtidos, foram tratados através do programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences versão 19).

A sequência de apresentação dos resultados está de acordo com a enuneração das hipóteses anteriormente apresentadas. De salientar que para a utilização de testes paramétricos, foi avaliada a normalidade e homogeneidade da variância através da Análise Exploratória de Dados (AED). Sempre que os pressupostos da AED não se cumpriam procedemos à utilização do teste equivalente não paramétrico, no entanto, e segundo Martins (2011), sempre que um teste não paramétrico se revele significativo e o teste paramétrico equivalente também, optámos pelo teste paramétrico mesmo não estando cumpridos os pressupostos da normalidade e homogeneidade.

4.1 Deterioração da memória

A literatura tem vindo a mostrar que, em provas de avaliação de sugestibilidade infantil com recurso a instrumentos que medem de alguma forma as evocações em diferentes momentos (e.g. GSS), que as unidades de informação evocadas no primeiro momento são superiores às evocadas no segundo momento (Gudjonsson, 1997).

Os dados do presente estudo vão ao encontro desta ideia, visto que, no que respeita à primeira evocação, as crianças evocaram em média 6.7 (DP= 4.90) unidades de informação da história que lhes foi apresentada, num total de 44 pontos possíveis. A média decresceu no segundo momento de evocação, sendo de 5.7 (DP=4.67) unidades de informação evocadas.

As médias relativas às medidas de evocação são apresentadas na Figura 1.

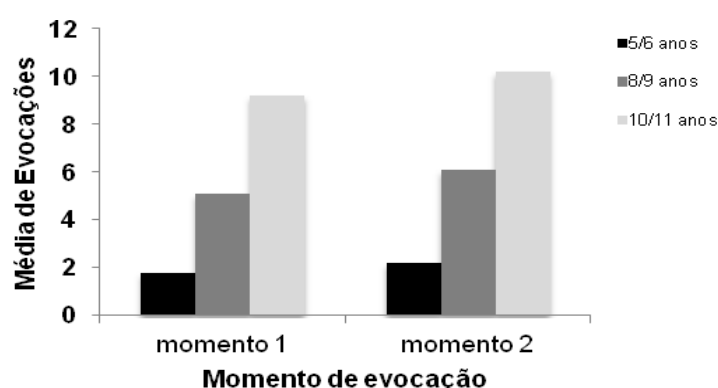


Figura 1: Evocação média dos grupos etários em função do momento em que ocorre a evocação

Assim, através de análises paramétricas percebemos que o tempo tem um efeito significativo ao nível das medidas de evocação ($F(69) = 3.97, p \leq .001$), sendo que as crianças são mais eficazes na primeira medida de evocação do que na segunda.

Foi possível constatar que o total da primeira evocação varia de modo significativo em função do grupo ($F(2, 67) = 15.78, p \leq .001$). Testes post-hoc de Gabriel revelam que existem diferenças significativas entre as crianças de 5/6 anos e de 8/9 anos ($p = .004$), entre as crianças de 5/6 anos e de 10/11 anos ($p \leq .001$), e entre as crianças de 8/9 anos e 10/11 anos ($p = .006$). Assim, as crianças de 10/11 anos evocam mais unidades de informação no primeiro momento do que as crianças de 5/6 anos e 8/9 anos. As crianças de 8/9 anos são mais eficazes na primeira evocação do que as crianças de 5/6 anos.

Quanto há 2ª evocação, esta também varia de forma significativa em função do grupo ($F(2, 67) = 14.03, p \leq .001$). Testes post-hoc de Gabriel revelaram que existem diferenças significativas entre crianças de 5/6 anos e de 8/9 anos ($p = .006$), entre crianças de 5/6 anos e 10/11 anos ($p \leq .001$) e entre crianças de 8/9 anos e 10/11 anos ($p = .011$). Crianças de 5/6 anos evocam uma menor quantidade de informação no segundo momento do que crianças de qualquer uma das outras idades em estudo, sendo que as crianças com melhor prestação nesta medida de evocação são as de 10/11 anos.

Desta forma, constatamos que, à exceção do grupo dos 5/6 anos, as unidades de informação evocadas decrescem de modo significativo do primeiro para o segundo momento de evocação (grupo 5/6 anos- $t(15) = 1.42, p = .18$; grupo 8/9 anos – $t(34) = 2.61, p = .013$; grupo 10/11 anos – $t(18) = 2.70, p = .02$).

Constatamos que à semelhança do referenciado na literatura (Cunha 2010; Gudjonsson 1997), a média de evocações produzidas no primeiro momento, é superior às evocadas no segundo momento para todas as idades em análise. Verificamos ainda que as crianças mais novas (5/6 anos) evocaram um número significativamente inferior de unidades de informação em relação ao grupo 8/9 anos e ao grupo 10/11 anos, em ambos os momentos de evocação. Também constatamos que as crianças mais velhas (10/11 anos), foram as que evocaram um maior número de unidades de evocação em ambos os momentos, tendo o grupo de 8/9 anos tido um desempenho intermédio. Este dado está de acordo com o que está descrito na literatura, nomeadamente que com o avançar da idade, as competências e capacidades mnésicas das crianças tendem a melhorar.

Os nossos resultados permitem revalidar a convicção de Carneiro (2007), que no seu estudo constatou que a memória evolui e altera-se com a idade, tornando-se progressivamente mais eficaz à medida que a idade aumenta, espelho da utilização das estratégias de recuperação de informação que foram adquirindo com o avançar da idade. Tal é comprovado através da capacidade de evocação nos dois momentos a ser inferior para as crianças mais novas e superior para as crianças mais velhas.

4.2 Sugestionabilidade

Relativamente à análise das medidas de sugestionabilidade, esta escala permite a obtenção de quatro resultados: *Submissão 1*, *Submissão 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*. De modo a simplificar os dados obtidos, os resultados obtidos nestas quatro medidas são apresentados na tabela

que se segue, para os três grupos em estudo (Tabela 1). (As análises de variância relativas às variáveis *Submissão 1*, *Submissão 2* e *Mudança*, são apresentadas nos pontos seguintes.)

Tabela 1: Médias obtidas nos indicadores de sugestionabilidade em função das faixas etárias estudadas (valores de desvio padrão apresentados entre parênteses)

Grupo	Submissão 1 Média (DP)	Submissão 2 Média (DP)	Mudança Média (DP)	Total de sugestionabilidade Média (DP)
5/6 anos	10.13 (2.87)	10.50 (3.68)	6.50 (3.44)	16.63 (5.10)
8/9 anos	10.29 (2.76)	10.54 (2.77)	5.34 (2.62)	15.60 (3.95)
10/11 anos	7.47 (2.93)	8.52 (3.22)	4.42 (1.95)	11.89 (4.42)

Alguns estudos argumentam que as crianças mais novas são mais sugestionáveis do que indivíduos de qualquer outra idade (Ceci & Bruck 1993); Cunha 2010).

A ANOVA unifactorial aplicada a cada uma das medidas de sugestionabilidade revela que existem diferenças significativas entre os três grupos ao nível da *Sugestionabilidade Total* ($F(2, 47) = 6.22, p = .003$), no entanto os testes post-hoc de Gabriel aplicados a estas médias revelam que não existem diferenças significativas entre crianças de 5/6 anos e crianças de 8/9 anos ao nível da sugestionabilidade. Contudo, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre as crianças de 5/6 anos e as de 10/11 anos (Gabriel, $p < .001$) e as crianças de 8/9 anos e as de 10/11 anos (Gabriel, $p < .05$). Desta forma, podemos ainda verificar que as crianças de 5/6 anos e de 8/9 anos são mais sugestionáveis do que crianças de 10/11 anos, ou seja, a sugestionabilidade diminui com o avançar da idade.

Prosseguindo a análise da variável *Sugestionabilidade Total*, e influenciados pela controvérsia em torno das diferenças entre géneros e o seu efeito nesta, decidimos analisar se crianças do sexo masculino e crianças do sexo feminino apresentam diferenças a este nível. Verificámos então que, à semelhança dos resultados alcançados no estudo de Cunha (2010), não existem diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas quanto à *Sugestionabilidade Total* ($t(68) = 1.44, p = .15$) (Tabela 2).

Tabela 2. Médias obtidas nos indicadores de Sugestionabilidade Total em função do sexo (desvio padrão apresentado entre parênteses)

	Feminino (N= 35) Média (DP)	Masculino (N=35) Média (DP)	t(48)
Sugestionabilidade Total	15.63 (4.03)	14.03(5.18)	1.44

4.3 Desejabilidade Social

Baseados nos resultados alcançados por Costa e Pinho (2010), decidimos calcular a correlação entre a CSD e a sugestionabilidade total. Desta forma, verificámos que existe uma correlação positiva significativa entre a desejabilidade social e a sugestionabilidade ($r = .33$, $p = .006$). Um valor mais alto de desejabilidade social, está assim associado a mais sugestionabilidade, isto é crianças que respondem de modo desejável socialmente são consequentemente mais sugestionáveis. De modo a procurar uma explicação mais detalhada para este resultado, procedemos a uma análise da correlação destas duas variáveis intragrupo. Constatámos que não existem correlações significativas entre a CSD e a sugestionabilidade no grupo dos 5/6 anos ($r = .27$, $p = .31$) e 10/11 anos ($r = -.06$, $p = .80$). Apenas existe uma correlação positiva marginalmente significativa ao nível do grupo 8/9 anos ($r = .30$, $p = .08$), que nos permite constatar que, neste grupo, maior desejabilidade social está tendencialmente associada a mais sugestionabilidade.

Como poderíamos ter aqui um efeito do tamanho da amostra para este grupo, pois o grupo 8/9 anos corresponde a 50% da nossa amostra, decidimos dividir a amostra em dois grupos: crianças com mais desejabilidade social e crianças com menos desejabilidade social associada às suas resposta. O teste t revelou que existem diferenças significativas entre estes dois grupos ao nível da sugestionabilidade ($t(68) = 3.45$, $p = .001$), sendo que as crianças que pontuam mais na CSD são mais sugestionáveis que as outras.

Através desta análise podemos verificar que a tendência para agradar e corresponder às expectativas dos outros influencia o modo como as crianças se comportam perante questões sugestivas, optando por responder de acordo com o esperado e nem sempre de acordo com a realidade.

Ainda relativamente à CSD, os autores da sua versão original (Crandall et al, 1965), concluíram que a desejabilidade social é inversamente proporcional à idade cronológica, isto é, crianças mais velhas, dão menos respostas socialmente desejáveis do que as crianças mais novas e que o grau de desejabilidade social apresentado nas respostas, é maior para os participantes do sexo feminino do que para o sexo masculino. As nossas análises revelam que a desejabilidade social varia de modo significativo em função do grupo ($F(2, 67) = 6.995$, $p = .002$). Os testes post-hoc de Gabriel revelam que o grupo de 5/6 anos não difere significativamente do grupo 8/9 anos ao nível da CSD ($p = .73$). No entanto revela diferenças significativas entre o grupo 5/6 anos e o grupo 10/11 anos ($p = .003$) e entre o grupo 8/9 anos e o grupo 10/11 anos ($p = .007$). Podemos então constatar que as crianças de 5/6 anos e 8/9 anos dão mais respostas socialmente desejáveis do que as crianças de 10/11 anos.

Quanto à variável sexo, à semelhança dos autores da escala, constatámos que existem diferenças significativas entre rapazes e raparigas ao nível da CSD ($t(68) = 4.33$, $p < .001$). Desta forma, as raparigas dão mais respostas com desejabilidade social do que os rapazes.

4.4 Prova de Evocação de PseudoPalavras

Relativamente à prova de evocação de pseudo-palavras, alguma literatura (Candel, Merkelbach, Jelicic, Limpens, & Widdershoven, 2004)) refere que uma maior amplitude de memória está associada a um menor grau de sugestionabilidade.

No presente estudo optámos pela utilização da prova de pseudo-palavras como método de avaliação da capacidade mnésica das crianças. Através desta prova obtemos a amplitude de memória de cada criança, sendo que, cada amplitude corresponde ao número de pseudo-palavras ou sequência de pseudo-palavras evocadas correctamente pela criança. Após a aplicação desta prova constatámos que a amplitude de memória que esta prova permite obter, é pouco discriminativa da capacidade mnésica das crianças. Isto é, constatamos que há diferenças de desempenho nesta prova entre uma criança de amplitude 1 que evoca correctamente apenas uma sequência 4 pseudo-palavras e uma criança de amplitude 1 que evoca correctamente uma sequência de 7 pseudo-palavras. Apesar de para ambos os exemplos a amplitude obtida ser 1, a capacidade mnésica da crianças que evoca uma sequência de 7 pseudo-palavras é substancialmente melhor do que a da crianças que evoca apenas uma sequência de 4 pseudo-palavras. Por este motivos, optámos por analisar o número de sequências evocados correctamente por cada criança em detrimento da amplitude de memória. Assim, cada vez que nos referirmos à amplitude de memória, deve ter-se em conta que falamos de sequências de pseudo-palavras evocadas correctamente e não da amplitude de memória obtida na prova de evocação de pseudo-palavras.

Através da análise das nossas variáveis, verificámos que existe uma correlação negativa significativa entre o total de sugestionabilidade e a amplitude de memória ($r = -.36$, $p = .002$), demonstrando que menor amplitude de memória está associada a maior grau de sugestionabilidade. No entanto, uma análise intragrupo, demonstra que não existe correlação significativa entre estas duas variáveis para nenhum dos três grupos em estudo: grupo 5/6 anos ($r = -.31$, n.s), grupo 8/9 anos ($r = .05$, n.s), grupo 10/11 anos ($r = -.36$, n.s).

Quanto ao desempenho dos três grupos na prova de evocação de pseudo-palavras constatamos que existem diferenças significativas ($F(2, 67) = 17.98$, $p < .001$). Os testes post-hoc de Gabriel realizados revelam que as crianças mais velhas têm um melhor desempenho nesta prova do que as restantes crianças da amostra, tendo as crianças de 5/6 anos o desempenho mais fraco.

Ao não encontrarmos diferenças significativas entre as crianças de 5/6 anos e as crianças de 8/9 anos ao nível do grau total de sugestionabilidade, e ao verificar que existem diferenças significativas entre os mesmos grupos ao nível do desempenho na prova de pseudo-palavras, com as crianças de 8/9 anos a serem mais eficazes que as crianças de 5/6 anos, podemos, à semelhança de Cunha (2010), concluir que a memória para acontecimentos independentes não afecta o grau de sugestionabilidade infantil.

4.5 Efeito da introdução do feedback negativo

Outra medida que esta escala nos permite obter é o efeito da introdução do feedback negativo na mudança de respostas dadas pelos indivíduos ao questionário. Constatamos que a introdução do feedback negativo tem um efeito marginalmente significativo ao nível da submissão ($t(69) = -1,84$, $p = .07$). Assim, as crianças tendem a aquiescer mais a questões sugestivas após a introdução do feedback do que antes, para a amostra total (Tabela 3).

Tabela 3. Efeito da introdução do feedback negativo ao nível da Submissão 1 e 2 em função das faixas etárias estudadas (valores de desvio padrão apresentados entre parênteses)

	5/6 anos Média (DP)	8/9 anos Média (DP)	10/11 anos Média (DP)
Submissão 1	10.13 (2.87)	10.29 (2.76)	7.47 (2.93)
Submissão 2	10.50 (3.69)	10.54 (2.78)	8.53 (3.22)

As crianças tendem a modificar as suas respostas do primeiro para o segundo questionário, contribuindo assim para um maior grau total de sugestionabilidade infantil. As crianças alteram as suas respostas, pontuando mais na *Submissão 2* em comparação com a *Submissão 1*, evidenciando a sua susceptibilidade e sensibilidade à introdução do feedback negativo e pressão social, aceitando assim mais facilmente informações falsas.

Analisando o efeito do feedback negativo intragrupalmente, verificamos que este efeito apenas é significativo para o grupo dos 10/11 anos ($t(18) = -2.09$, $p = .05$). Isto é, apesar de as crianças dos dois grupos mais novos (grupo dos 5/6 anos ($t(15) = -.56$, n.s.; grupo dos 8/9 anos ($t(34) = -.72$, n.s.) alterarem as suas respostas do primeiro para o segundo questionário, essa mudança não é significativa. Porém, esta mudança no grupo das crianças mais velhas é significativa, sendo que estas no segundo questionário aceitam mais facilmente a sugestão do que no primeiro questionário.

Apesar de esta mudança ser significativa, e de mostrar que as crianças mais velhas são mais sensíveis à introdução do feedback negativo, isto não se reflecte no valor de sugestionabilidade total. Isto porque mesmo durante o primeiro questionário, as crianças de 5/6 anos e de 8/9 anos são mais susceptíveis às questões sugestivas do que as crianças mais velhas (cf. tabela 1). O mesmo sucede após a introdução do feedback negativo com a média de aquiescência das crianças mais novas a ser superior à das crianças mais velhas. Isto serve para verificar que, apesar de as crianças mais velhas apresentarem diferenças estatisticamente significativas entre a *Submissão 1* e a *Submissão 2*, não são as que apresentam maior aquiescência a questões sugestivas, apesar de revelarem ser as mais sensíveis à introdução de feedback negativo.

4.6 Mudança

Debruçando-nos agora sobre o número total de respostas alteradas do primeiro para o segundo questionário (mudança), constatamos que não existem diferenças significativas entre grupos ao nível desta variável ($\chi^2(2) = 3.23$, n.s.). Ainda relativamente à mudança, constatamos que existe uma associação positiva marginalmente significativa entre a pontuação da CDS e o número de mudanças ($r = .22$, $p = .07$), sendo que crianças com maior pontuação na CDS tendem a apresentar maior número de mudanças de resposta, reforçando assim a influência da pressão social nas respostas. Uma análise intragrupos mostra que não existem associações significativas ao nível destas duas variáveis para nenhum dos grupos (n.s.).

4.7 Confabulação: Distorções e Invenções

Procedemos também à análise da variável confabulação. O objectivo desta análise é perceber se o total de confabulação varia de modo significativo em função do grupo e a sua evolução da primeira para a segunda evocação. Através da utilização de uma ANOVA unifactorial, constatamos que a confabulação varia de modo significativo na primeira evocação em função do grupo ($F(2, 67) = 6.8$, $p = .002$). Os testes post-hoc de Gabriel revelam que as crianças mais velhas são as que confabulam mais nesta amostra e que as crianças mais novas são as que apresentam um total de confabulação inferior. Quanto à segunda evocação, constatamos que também existem diferenças significativas entre os grupos ao nível desta variável ($F(2, 67) = 18.36$, $p < .001$). Os testes de post-hoc de Gabriel revelaram que existem diferenças significativas entre todos os grupos em análise (grupo 5/6 anos vs. grupo 8/9 anos ($p < .001$), grupo 5/6 anos vs. 10/11 anos ($p < .001$), grupo 8/9 anos vs 10/11 anos ($p = .03$). A leitura das direcções destas significâncias mostram que o grupo dos 10/11 anos produz mais confabulações do que qualquer outro dos dois grupos, e que o grupo dos 5/6 anos apresenta o menor número de confabulações, à semelhança do que sucedeu para a primeira evocação.

Uma análise intragrupo permitiu-nos perceber como varia o processo confabulatório da primeira para a segunda evocação mediante cada grupo. Desta forma verificámos que existem diferenças significativas entre as confabulações produzidas na primeira evocação e as produzidas na segunda evocação nos grupos das crianças mais novas ($t(15) = 3.60$, $p = .003$) e no grupo das crianças mais velhas ($t(18) = 2.12$, $p = .05$). Assim, as crianças mais novas confabulam mais na primeira evocação do que na segunda, sendo que o contrário acontece com as crianças mais velhas.

As crianças mais novas tendem a confabular menos na segunda evocação, visto apresentarem também uma média de evocação muito reduzida, diminuindo assim a possibilidade de introdução de confabulações. Já com as crianças mais velhas o contrário acontece, visto apresentarem uma média na evocação 2 superior à das crianças mais novas. No entanto, com o intervalo de retenção alguma da informação armazenada é distorcida contribuindo para o aumento de confabulações.

Quanto às crianças de 8/9 anos não existem diferenças significativas nos dois momentos de evocação relativamente à produção de confabulações ($t(34) = -.59$, n.s.).

4.8 Análise Qualitativa (Anexo 5)

Por último, decidimos, identificar quais as unidades de informação evocadas correctamente (avaliadas com 1 ponto) para cada um dos grupos em análise. Desta forma, constatámos que as crianças de 5/6 anos, recordam essencialmente a unidade de informação 1 (“O André e o Simão Almeida”), 2 (“são irmãos”), 22 (“um telemóvel a tocar”) e 44 (“a Joana e o Simão ainda são amigos”). As crianças de 8/9 anos evocam principalmente as unidades de informação número 1, 22, 25 (“mas decidiram atender o telemóvel”), 27 (“a dizer que se chamava Rita”) e 28 (“e que queria falar com a Joana”), enquanto que as crianças mais velhas evocam correctamente mais vezes as unidades 1, 13 (“e o Simão na secundária”), 22, 25, 27 e 44.

Estes resultados revelam o efeito da posição serial sendo que o desempenho das evocações é superior para unidades de informação iniciais (efeito de primazia) e finais (efeito de recência) (Crowder & Greene, 2000, in Nunes, 2008). O efeito de primazia diz respeito à recuperação de informação proveniente da memória a longo prazo, daí as crianças recordarem mais facilmente informações do início do texto, enquanto que o efeito de recência diz respeito à informação proveniente da memória a longo prazo e por isso as crianças evocam correctamente as últimas unidades de informação que processaram (Carneiro, 2007).

Constatámos também que, apesar de todos os grupos de crianças em estudo evocarem correctamente unidades de informação do início da história, ou seja, efeito de primazia, este efeito é superior nas crianças mais velhas. Este facto é explicado por Bjorklund e Muir (1988, in Carneiro, 2007), ao defenderem que este efeito é quase inexistente em crianças com 6 anos de idade, tendendo a manifestar-se de modo mais acentuado em crianças mais velhas, devido ao uso de estratégias de codificação e recuperação de informação que os mais novos ainda não desenvolveram.

4.9 Diferenças entre o presente estudo e o estudo de Cunha (2010)

O presente estudo teve por base o trabalho de Cunha (2010), que consistiu em traduzir e adaptar para a população portuguesa a GSS. Por este motivo decidimos comparar alguns dos resultados obtidos nestes dois trabalhos. Neste sentido, e ainda em relação às medidas de evocação, verificámos que existem diferenças significativas entre os dois. Desta forma, e como se verifica na Tabela 4, constatamos que a história do nosso estudo, a média de evocações é significativamente inferior à média de evocações obtidas por Cunha (2010), na segunda evocação para as crianças mais novas e para as duas evocações nas crianças mais velhas. Ou seja, podemos assim aferir que a nossa história é assimilada em pior grau do que a história traduzida da GSS. Este dado pode dever-se ao facto de as crianças da nossa amostra serem mais novas e consequentemente estarem menos dotadas de competências e estratégias de armazenamento e recuperação da informação aprendida.

Relativamente à controvérsia da relação da sugestionabilidade infantil e a variável idade cronológica, as análises efectuadas permitem-nos constatar que não existem diferenças significativas entre os resultados conseguidos no presente estudo e o trabalho de Cunha (2010) ao nível da sugestionabilidade infantil.

Ambos os estudos concluíram que a sugestionabilidade infantil varia em função da idade, com as crianças mais novas a serem claramente mais sugestionáveis do que as crianças mais velhas como revelam as médias de sugestionabilidade obtidas em cada um dos grupos da amostra em análise. De salientar que no estudo de Cunha (2010) as idades em estudo são ligeiramente superiores às da nossa amostra, e por isso optámos por comparar unicamente os nossos resultados das crianças de 5/6 anos e 10/11 anos com as crianças de 7 e 12 anos, respectivamente, utilizados na amostra do referido.

Relativamente ao desempenho das crianças nos dois questionários, constatámos que não existem diferenças significativas entre os dois estudos ao nível das submissões. Apesar de verificarmos que as crianças mais novas do nosso estudo, tendem a aquiescer menos a questões sugestivas no primeiro questionário e após o feedback negativo, ou seja, na segunda submissão, as diferenças não são estatisticamente significativas. Este dado pode dever-se ao facto de o total de crianças do grupo 5/6 anos ser reduzida ($N = 16$), quando comparados com o grupo dos 7 anos de Cunha (2010), com um total de 30 crianças. O facto de as crianças mais novas do nosso estudo obterem um total de sugestionabilidade superior, deve-se ao facto de terem uma média superior de respostas mudadas do primeiro para o segundo questionário (mudança). Apesar de os valores de mudança também não serem estatisticamente significativos, isto reflete-se na sugestionabilidade total, uma vez que o seu cálculo total se processa pelo somatório da submissão um com a mudança de respostas.

Quanto às crianças mais velhas, atingimos o resultado esperado, isto é, as crianças mais velhas do nosso estudo obtêm médias de *Submissão 1* e *Submissão 2* superiores às do referido estudo. Aqui revela-se um efeito de maior aquiescência a questões sugestivas das crianças mais novas (10/11 anos) e crianças mais velhas (12 anos), apesar de estes dados não se mostrarem estatisticamente significativos.

Também relativamente à introdução do feedback negativo, e consequentemente aos valores da mudança de resposta, constatámos que não existem diferenças estatisticamente significativas entre o presente estudo e o nosso estudo de referência (Cunha, 2010). No entanto podemos verificar que embora as diferenças não sejam significativas, que tanto as crianças de 5/6 anos como as crianças de 10/11 anos pontuam mais na medida de mudança das respostas do primeiro para o segundo questionário, relativamente ao estudo de Cunha (2010). Este resultado é explicado pelo facto de as faixas etárias do nosso estudo serem inferiores ao do referido estudo (1 ano de diferença tanto para os mais novos como para os mais velhos). Podemos então constatar que o ano de idade que distancia as duas amostras, não torna as crianças mais ou menos sensíveis à introdução do feedback, embora se

constate uma ligeira tendência para que esta susceptibilidade decresça com o avançar da idade cronológica.

Tabela 4. Diferenças estatísticas entre o presente estudo e o estudo de Cunha (2010)

	Cunha, 2010	Saraiva, 2012	Significância
1ª evocação	3.7 (DP= 2) (7 anos)	2.53 (DP=2.27) (5/6 anos)	n.s
2ª evocação	3.1 (DP= 2.6) (7 anos)	1.88 (DP=1.90) (5/6 anos)	.021
1ª evocação	18.7 (6.4) (12 anos)	10.34 (4.71) (10/11 anos)	.000
2ª evocação	18.5 (6.4) (12 anos)	9.04 (5.07) (10/11 anos)	.000
Submissão 1	10.3 (7 anos)	10.13 (5/6 anos)	.81
Submissão 2	11.4 (7 anos)	10.50 (5/6 anos)	.34
Mudança	5.8 (7 anos)	6.50 (5/6 anos)	.43
Total sugestionabilidade	16.2 (7 anos)	16.63 (5/6 anos)	.74
Submissão 1	6.8 (12 anos)	7.47 (10/11 anos)	.33
Submissão 2	8 (12 anos)	8.52 (10/11 anos)	.49
Mudança	4.4 (12 anos)	4.42 (10/11 anos)	.96
Total sugestionabilidade	11.2 (12 anos)	11.89 (10/11 anos)	.50
Confabulação 1	1.2 (7 anos)	1.63 (5/6 anos)	.25
Confabulação 2	1.57 (7 anos)	.56 (5/6 anos)	.001
Invenções 1	.23 (7 anos)	.81 (5/6 anos)	.014
Distorções 1	.97 (7 anos)	.81 (5/6 anos)	.46
Invenções 2	.57 (7 anos)	.31 (5/6 anos)	.11
Distorções 2	1 (7 anos)	.25 (5/6 anos)	.001
Confabulação 1	2.33 (12 anos)	3.57 (10/11 anos)	.001
Confabulação 2	2.57 (12 anos)	4.21 (10/11 anos)	.001
Invenções 1	.47 (12 anos)	1.42 (10/11 anos)	.99
Distorções 1	1.87 (12 anos)	2.16 (10/11 anos)	.26
Invenções 2	.47 (12 anos)	1.79 (10/11 anos)	.001
Distorções 2	2.1 (12 anos)	2.42 (10/11 anos)	.14

Relativamente às confabulações, constatamos que apenas são encontradas diferenças significativas entre grupos para a segunda evocação. Outra diferença é o facto dos nossos dados revelarem, através de uma análise intragrupos, que as crianças mais novas produzem menos confabulações na segunda evocação do que na primeira, sendo que o contrário ocorre no referido estudo. Este resultado é explicado pelo facto de no nosso estudo, as crianças mais novas produzirem em média, cerca de 2 unidades de informação na segunda evocação recordando muito pouca informação, o que não permite sequer a produção de confabulações. Relativamente ao grupo das crianças mais velhas, à semelhança de Cunha (2010), verificámos que estas produzem mais confabulações na segunda evocação em comparação com a primeira. Neste ponto constatámos que as crianças mais velhas do nosso estudo produzem significativamente mais confabulações do que no estudo de Cunha (2010). Este dado deve-se ao facto da nossa história levar a maior produção de invenções do que a história traduzida da GSS, o que pode estar relacionado com a maior complexidade da nossa história (e.g., mais pormenores), e que se reflecte igualmente nas médias de evocação inferiores.

5. Definição do ponto de corte

Sempre que construímos um instrumento de avaliação, temos como objectivo que este possa ser aplicado de forma extensiva e que os seus resultados sejam interpretados de forma fiável. Neste sentido, a partir de que pontuação podemos considerar uma criança muito sugestionável? De modo a responder a esta questão, procurámos definir pontos de corte para cada um dos grupos de idades em estudo. Para tal utilizamos o percentil 50 e percentil 95. O percentil 95 é um percentil mais conservador, sendo que apenas uma quantidade diminuta da amostra seria considerada sugestionável (grupo 5/6 anos = 1; grupo 8/9 anos = 1; grupo 10/11 anos = 3).

Desta forma, optámos por apresentar também o percentil 50, menos conservador. O problema de utilizar este percentil como ponto de corte é o facto de este poder conter muitos falsos positivos, isto é, crianças não sugestionáveis que podem ser identificadas como sendo sugestionáveis. Os resultados surgem na tabela abaixo:

Tabela 5. Definição dos pontos de corte com recurso ao percentil 50 e percentil 95

Grupo	Percentil 50	Percentil 95
5/6 anos	17.5	23
8/9 anos	16	22
10/11 anos	13	18

Concluímos que o percentil 95 é o ponto ideal, uma vez que, sendo mais conservador, permite cometer menos falsos positivos, isto é, apenas as crianças muito sugestionáveis são consideradas como tal.

6. Discussão dos resultados

A revisão do estado da arte bem como a descrição dos resultados, tiveram como objectivo o enquadramento e compreensão dos objectivos a que nos propusemos inicialmente.

Deste modo, a presente investigação pretende uma melhor compreensão da sugestionabilidade infantil bem como dos mecanismos e variáveis que a influenciam. O estudo deste fenómeno pareceu-nos pertinente, uma vez que, assistimos a uma crescente participação de crianças em interrogatórios, o que revela a importância dos seus testemunhos em tribunal. Assim sendo, torna-se fundamental estudar e perceber até que ponto os relatos e testemunhos das crianças são credíveis, isto é, até que ponto as crianças são capazes de relatar e recontar situações e acontecimentos de modo fiel ou se pelo contrário, as crianças produzem relatos distorcidos, nomeadamente quando são utilizadas perguntas sugestivas.

Por este motivo, a construção e utilização de instrumentos capazes de avaliar a sugestionabilidade infantil demonstram ter um papel importante para a compreensão da mesma. Assim, inspirados pelas GSS e pelo estudo de Cunha (2010), criámos um novo instrumento de avaliação. A construção deste instrumento teve então como principal objectivo promover uma melhor compreensão do fenómeno em estudo bem como desenvolver uma história adaptada e adequada à população alvo deste estudo (dos 5 aos 11 anos).

Tendo em conta os nossos objectivos, analisámos de modo detalhado o desempenho das crianças da nossa amostra nesta mesma escala. Para tal, tivemos em conta o desempenho não só nas medidas relacionadas com a sugestionabilidade, mas também o desempenho obtido nas provas de evocação, estando estes resultados descritos na secção anterior. Alguns estudos têm demonstrado que os resultados alcançados com este tipo de instrumentos, nomeadamente no que respeita ao grau de sugestionabilidade, se revelam um bom indicador da qualidade do testemunho da crianças (Scullin, Kanaya, & Ceci, 2002).

Revista e explicada a importância deste tipo de instrumentos, seria fundamental, na nossa opinião, introduzir este tipo de instrumentos em situações e contextos de recolha de testemunhos de crianças.

Outro ponto fundamental é o facto de os resultados do presente estudo validarem os dados que a revisão da literatura têm revelado sobre a sugestionabilidade infantil, nomeadamente no que respeita à pouca relação com a memória, a sua diminuição com a idade, aumento do número de distorções e invenções da primeira para a segunda evocação, a falta de relação entre a sugestionabilidade e o género dos indivíduos, etc.

Relativamente às medidas de evocação, os nossos resultados mostram-se concordante com a literatura Carneiro (2007), ao verificarmos que a capacidade de evocação aumenta com o avançar da idade.

Uma das controvérsias que mais se tem sentido nos estudos sobre a sugestionabilidade é a sua relação com a idade cronológica. Como já referido, alguns autores defendem que as crianças mais novas são mais sugestionáveis do que crianças mais velhas e adultos (Ceci & Bruck, 1993; Cunha, 2010), enquanto que outros sugerem que as crianças são menos sugestionáveis que crianças mais velhas (Goodman, Batterman-Faunce & Kenney, 1992). Neste sentido, um dos resultados mais importantes do nosso estudo é a comparação dos três grupos em estudo, relativamente ao grau de sugestionabilidade total.

Os resultados obtidos no presente estudo, suportam a primeira posição descrita, isto é, as crianças mais novas são de facto mais sugestionáveis do que as crianças mais velhas. A primeira constatação que podemos então fazer é que as crianças mais novas são mais susceptíveis à utilização de questões sugestivas, aceitando mais facilmente informação sugestiva e/ou falsa do que as crianças mais velhas, à semelhança dos resultados obtidos por Cunha (2010) e Gudjonsson (1997). Isto é, à medida que a idade avança a sugestionabilidade diminui.

Ainda relativamente à sugestionabilidade e à também controversa ideia da influência da variável sexo no grau de sugestionabilidade, constatamos que, à semelhança de Gudjonsson (1997), não existem diferenças significativas entre rapazes e raparigas. Este resultado permite constatar que a sugestionabilidade infantil não é influenciada pelo género dos indivíduos.

Para a realização deste trabalho, decidimos também avaliar a desejabilidade social patente nas respostas das crianças, de forma a compreender melhor a sua relação com a sugestionabilidade infantil. Para tal, decidimos utilizar o CDS, um teste de avaliação da desejabilidade social, uma vez que se encontra adaptado à população portuguesa, tendo sido já utilizado em estudos anteriores de sugestionabilidade (Costa & Pinho, 2010). Trata-se de uma escala já validada e cujos resultados têm demonstrado que o grau de desejabilidade social apresentado nas respostas, é maior para os participantes do sexo feminino do que para o sexo masculino (Crandall et al., 1965). Os referidos autores defendem também que a desejabilidade social é inversamente proporcional à idade cronológica, isto é, crianças mais velhas, dão menos respostas socialmente desejáveis do que as crianças mais novas, e que, consequentemente, maior grau de desejabilidade social está associada a maior grau de sugestionabilidade.

A análise dos resultados obtidos no presente estudo permitem-nos constatar que de facto existem diferenças significativas entre rapazes e raparigas ao nível da desejabilidade social, com as raparigas a apresentarem um maior grau de desejabilidade social nas suas respostas do que os rapazes. Este dado pode ser justificado pelos mecanismos culturais, isto é, a desejabilidade social é a tendência para as pessoas fornecerem respostas falaciosas com o intuito de darem uma imagem positiva de si. Essa imagem positiva de si está relacionada com a imagem cultural criada em torno de um indivíduo,

do qual existem expectativas de determinado comportamento/resposta (Richman, Kiesler, Weisband, & Drasgow, 1999, In Costa & Pinho, 2010). Estas expectativas são mais depositadas sobre o sexo feminino, associado a características e estereótipos específicos, o que conduz a que a crítica e o distanciamento das normas e expectativas para este género seja evitada, tornando assim as raparigas mais desejáveis socialmente na resposta a questões do que os rapazes (Costa & Pinho, 2010).

Relativamente à idade cronológica, verificámos que as crianças mais novas apresentam um grau de desejabilidade social significativamente superior às crianças mais velhas, isto é, a tendência para dar respostas de acordo com as expectativas sociais decresce com o avançar da idade. A inexistência de diferenças significativas entre crianças de 5/6 anos e 8/9 anos, pode dever-se ao facto de as idades serem muito próximas, não atingindo as crianças de uma idade para a outra a capacidade de romperem com as expectativas sociais, apresentando por isso graus de desejabilidade superiores. O facto de as crianças de 10/11 anos apresentarem um grau de desejabilidade social inferior às restantes crianças em estudo, pode dever-se ao facto de estas já não terem tanta tendência e necessidade de agradar e corresponder às expectativas dos outros.

Segundo a literatura (Costa & Pinho, 2010), e como já referido, a tendência é para que as crianças com maior grau de desejabilidade social associada às suas respostas sejam conseqüentemente mais sugestionáveis. Neste sentido, os nossos resultados demonstram que há uma associação entre as duas variáveis que nos diz que maior grau de desejabilidade social está associada a maior grau de sugestionabilidade infantil, sendo que, as crianças com maior grau de desejabilidade social são também crianças com maior pontuação na variável sugestionabilidade infantil. Podemos assim afirmar que a sugestionabilidade infantil não está meramente relacionada com a idade cronológica mas sim com algumas características individuais, tais como a desejabilidade social.

Um modo de reduzir o impacto das respostas com elevado grau de desejabilidade social, passa pela criação de escalas com questões menos óbvias em termos de uma determinada expectativa de resposta, na qual as crianças tenham dificuldade em decidir, pois esta estará orientada para o conteúdo do item e não para uma resposta socialmente desejável (Costa & Pinho, 2010).

Os dados obtidos em relação à introdução do feedback negativo e a sua influência na mudança de resposta são concordantes com o que tem sido referenciado na literatura, nomeadamente que quando as crianças são sujeitas à mesma questão diversas vezes (quer na mesma entrevista, quer em entrevistas diferentes), tendem a alterar as suas respostas (Branco, 1991). Este dado pode ainda reflectir a influência do feedback negativo e também o efeito da pressão social (Ceci et al., 1994a).

São portanto de evitar deste modo, a introdução de questões sugestivas quando pretendemos avaliar a credibilidade/veracidade de um testemunho infantil.

Será então que as crianças alteram as suas respostas de um questionário para o outro por não se recordarem correctamente da história que lhes foi apresentada? Podem as competências e capacidades mnésicas ser responsáveis pelo superior grau de sugestionabilidade nas crianças mais

novas? Serão as crianças mais velhas menos sugestionáveis por beneficiarem de uma amplitude de memória superior às crianças mais novas?

Estas e outras questões têm sido amplamente discutidas com resultados por vezes contraditórios. Desta forma, há autores que defendem que quanto melhor a capacidade e desempenho mnésico, maior a resistência a questões sugestivas (Candel, Merckelbach, Jelicic, Limpens, & Widdershoven, 2004), enquanto outros defendem não existir associação entre a competência mnésica e a sugestionabilidade infantil (Cunha, 2010).

A principal diferença entre estes dois tipos de estudo são os mecanismos de avaliação da memória utilizados, isto é, enquanto que alguns autores privilegiam a avaliação da memória operatória e a correlacionam com o grau de sugestionabilidade infantil, outros privilegiam a avaliação da memória para um determinado acontecimento, estudando a sua influência na sugestionabilidade relativa ao mesmo acontecimento ou a um acontecimento independente (Cunha, 2010).

Reportando-nos agora aos resultados obtidos no presente estudo, verificamos que as crianças mais velhas são as que apresentam um melhor desempenho, o que é justificável pelas maiores capacidades mnésicas destas, com as crianças mais novas a apresentarem o pior desempenho dos três grupos por possuírem estratégias e capacidades mnésicas menos desenvolvidas. Constatámos também que, através de uma análise intragrupos, não existe associação significativa entre a amplitude de memória e a sugestionabilidade infantil, para nenhuma das idades em estudo, ou seja, uma maior amplitude de memória não está associada a menor grau de sugestionabilidade. Concluímos assim, que a memória para eventos independentes (história apresentada vs. evocação de pseudo-palavras), não afecta nem interfere com a sugestionabilidade infantil.

Relativamente ao processo confabulatório, tivemos em linha de análise três premissas: produção de confabulação na primeira evocação; produção de confabulação na segunda evocação; e variação intragrupos do processo confabulatório ao nível dos dois momentos de evocação.

Os resultados obtidos revelaram que as crianças mais velhas da nossa amostra (10/11 anos) confabulam mais do que as crianças de 5/6 anos e 8/9 anos, nos dois momentos de evocação. Isto é explicado com o facto de as crianças mais velhas apresentarem uma média de evocações superiores às crianças mais novas, o que aumenta a probabilidade de produção de confabulações. No entanto, uma diferença notável é o facto de as crianças mais novas produzirem durante o processo confabulatório mais invenções enquanto que as crianças mais velhas produzem mais distorções. Isto significa que no processo de recordação da história, as crianças mais novas têm uma maior dificuldade em recorrer a pistas auxiliares que lhes permita evocar a informação correcta, inserindo nos seus relatos novas informações, enquanto que as crianças mais velhas, no processo de evocação tendem a evocar as ideias centrais da história ainda que produzindo alguma distorção da informação.

O facto de na primeira evocação as crianças produzirem algumas distorções e invenções no seu relato, pode conduzir a que estas falsas informações sejam integradas na memória da criança para a história (Cunha, 2010).

É ainda de salientar que a variável confabulação, em nada é afectada pela sugestionabilidade, uma vez que os processos de evocação e consequentemente de confabulação são anteriores à introdução das questões sugestivas bem como do feedback negativo. Podemos ainda afirmar que o processo confabulatório, apesar de contribuir para a sugestionabilidade, pois conduz ao armazenamento de informação falsa, não explica por si só a sugestionabilidade infantil, pois temos as crianças mais velhas com níveis de confabulação mais elevados do que as crianças mais novas, e ao mesmo tempo mostraram ser menos sugestionáveis.

Em suma, a decisão de identificação de uma criança como sugestionável não deve ser desenquadrada de uma avaliação que tenha também em conta medidas de desejabilidade social ou dissociação (Cunha, 2010).

7. Conclusão: Contributos para a avaliação forense

Após a análise e discussão dos nossos resultados, a conclusão fundamental e a resposta a uma das perguntas centrais deste trabalho, é que as crianças mais novas (5/6 anos) são de facto mais sugestionáveis do que as crianças mais velhas.

No entanto, neste estudo, as crianças mais velhas revelaram ser mais sensíveis à introdução do feedback negativo do que as crianças mais novas. Desta forma, podemos afirmar que é essencial que mediante procedimentos de avaliação da credibilidade de testemunhos infantis, o entrevistador/avaliador prover-se dos máximos esforços para que as suas expectativas e viés não influenciem de modo significativo a tendência de respostas das crianças.

Também o facto de as crianças de modo geral se terem mostrado muito susceptíveis à introdução de questões sugestivas, aquiescendo perante informações falsas e capciosas, revela a importância de evitar a introdução deste tipo de questões quando pretendemos obter um testemunho credível e com o mínimo de distorções de informação possível. O mesmo se fez sentir quanto à repetição do questionário. O facto de as crianças responderem mais do que uma vez às mesmas questões, revelou a sensibilidade das mesmas em alterarem as suas respostas.

Portanto, serão também de evitar as repetições de questões, uma vez que aumentam a probabilidade de introdução de falsas informações, uma vez que as crianças tendem a alterar as suas respostas quer por pressão social (expectativas do entrevistador) quer porque as crianças no segundo questionário tendem a aquiescer mais às informações sugestivas, distorcendo o acontecimento real.

Outro cuidado a ter em situações de avaliação de testemunhos, é o facto de as crianças mais novas evocarem uma quantidade reduzida de unidades de informação, não relatando o acontecimento/história com a mesma pormenorização das crianças mais velhas. Desta forma, podemos concluir que os relatos das crianças mais velhas são mais completos em comparação com as crianças mais novas, mas como revelam os nossos resultados, as crianças mais velhas, ao evocarem mais unidades de informação, aumentam também a probabilidade de evocarem invenções e informação distorcida. No entanto, apesar de os relatos das crianças mais velhas se pautarem por algum grau de

confabulação, devemos ter em conta que a média de distorções da informação é superior à média das invenções. Isto significa que, apesar de o seu relato não ser exactamente correcto, as informações evocadas estão apenas distorcidas e não inventadas.

No que respeita a características individuais das crianças, constatamos que a memória para eventos distintos não tem uma influência significativa nas medidas de sugestionabilidade. Ou seja, a sugestionabilidade não é resultado de melhores ou piores competências mnésicas.

Quanto à desejabilidade social, constatámos que esta influencia significativamente a prestação das crianças perante questões sugestivas. Desta forma, torna-se essencial que crianças que pontuem elevadamente em escalas de desejabilidade social, em situação de avaliação do testemunho, não devem ser submetidas a questões sugestivas.

Podemos então concluir que a sugestionabilidade não se deve meramente a características individuais ou situacionais mas sim à sua interacção (Endres, 1997).

Os profissionais devem estar sensibilizados para a questão das entrevistas com perguntas sugestivas, à influência da idade no relato das histórias, à importância do grau de desejabilidade social das crianças, bem como aos processos de esquecimento e deterioração da memória.

Em suma, avaliação da sugestionabilidade infantil é essencial para a credibilidade do sistema de justiça, deste modo, é essencial um treino para juízes, polícias, psicólogos e todos os entrevistadores/avaliadores de crianças, de modo a contornar este fenómeno, diminuindo o erro no relato.

Para investigações futuras, fica a sugestão de adaptar a escala construída neste estudo para crianças com défices e limitações cognitivas ou psicopatologia de modo a compreender as diferenças ou semelhanças com as restantes crianças. Seria também útil perceber a influência da introdução de técnicas auxiliares na evocação da história (e.g., evocação livre seguida de algumas questões que auxiliem a crianças a recordar mais unidades de informação), de modo a compreender se uma melhor memória para a história altera o grau de sugestionabilidade infantil.

8. Referências bibliográficas

- Albuquerque, P., & Pimentel, E. (2005). Impacto da inibição do efeito de recência na produção de memórias falsas em listas de associados. *Psicologia, Educação e Cultura*, 9 (1), 69-88.
- Bruck, M., & Ceci, S. J. (1999). The suggestibility of children's memory. *Annual Review of Psychology*, 50, 419-439.
- Candel, I., Merckelbach, H., Jelicic, M., Limpens, M., & Widdershoven, K., (2004). Children's suggestibility for peripheral and central details. *Journal of Credibility Assessment and Witness Psychology*, 5 (1), 9-18.

- Carneiro, M. P., Albuquerque, P., Fernández, A., & Esteves, E. (2007). Analyzing false memories in children with associative lists specific for their age. *Child Development*, 78 (4), 1171- 1185.
- Carneiro, M. (2007). Memory Development in Children: What Changes with Age?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 51-59.
- Ceci, S. J., Crotteau-Huffman, M., Smith, E. & Loftus, E.F. (1994a). Repeatedly thinking about non-events. *Conscious Cognitive.*, 3, 388-407.
- Ceci, S. J., & Friedman, R. D. (2000). The suggestibility of children: Scientific research and legal implications. *Cornell Law Review*, 86, 34-108.
- Ceci, S. J., Papiermo, P., & Kulkofsky, S. (2007). Representational constraints on Children's suggestibility. *Psychological Science*, 18 (6), 503-509.
- Chae, Y., & Ceci, S. J. (2006). Diferenças individuais na sugestionabilidade das crianças. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Simões, & M. S. Pinho (Eds.). *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina (471-496). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Costa, A., & Pinho, M. (2010). Sugestionabilidade interrogativa em crianças de 8 e 9 anos de idade. *Análise Psicológica*, 1 (XXVIII), 193-208.
- Costa, A., & Veloso, M. (2008). Children's Social Desirability (CSD) – versão reduzida.
- Crandall, V., Crandall, V., & Katkovsky, W. (1965). A children's social desirability questionnaire. *Journal of Consulting Psychology*, 29 (1), 27-36.
- Cunha, A., Albuquerque, P., & Freire, T. (2007). Sugestionabilidade em crianças: Definição de conceitos e análise de variáveis cognitivas. *Psychologica*, 46, 125-141.
- Cunha, A. (2010). A sugestionabilidade interrogativa em crianças: O papel da idade e das competências cognitivas. Tese de Doutoramento, Escola de Psicologia - Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Endres, J. (1997). The suggestibility of the child witness: The role of individual differences and their assessment. *The Journal of Credibility Assessment and Witnwa Psychology*, 1, (2), 44-67.
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales Manual*. Hove, UK: Psychology Press.
- Howe, M. L. (2005). Children (but not adults) can inhibit false memories. *Psychological Science*, 16, 927 – 931.
- Jones, C., & Powell, M. (2005). The effect of event context on children's recall of nonexperienced events across multiple interviews. *Legal and Criminological Psychology*, 10, 83-101.
- Lobo, F., Acrani, I., & Ávila, C. (2008). Tipo de estímulo e memória de trabalho fonológica. *Revista CEFAC de São Paulo*, 10 (4), 461-470.

- Loftus, E., & Palmer, J., (1974). Reconstruction of Automobile Destruction: An Example of the Interaction Between Language and Memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 13, 585-589.
- McDermott, K. B. (1996). The persistence of false memories in list recall. *Journal of Memory and Language*, 35, 212-230.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso aos IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Motzkau, J. (2005). Cross-examining suggestibility: memory, childhood, expertise - children's testimony between psychological research and juridical practice. In A. Czerederecka.; T. Jaskiewicz-Obydzinska; R. Roesch, & J. Wojcikiewicz, (Eds). *Forensic psychology and law: Facing the challenges of a changing world* (201-212). Crakow, Poland: Institute of Forensic Research Publishers.
- Nunes, L. (2008). Ordem associativa e camatose: a influência da primazia temática no efeito de falsas memórias. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências da Educação e Psicologia - Universidade de Lisboa, Portugal.
- Pickering, S., & Gathercole, S. (2001). *Working Memory Test Battery for Children (WMTB-C)*. London: Pearson Assessment.
- Pimentel, E., & Albuquerque, P. (2007). Produção de memórias falsas com listas de associados: Análise do efeito do nível de processamento e da natureza da prova de memória. *Psicologia USP*, 18 (4), 113 - 131.
- Poole, D. A., & Lindsay, D. S. (1995). Interviewing preschoolers: effects of nonsuggestive techniques, parental coaching and leading questions on reports of nonexperienced events. *Journal Experimental Child Psychology*, 60, 129- 154.
- Quas, J., & Schaff, J. (2002). Children's memories of experienced and nonexperienced events following repeated interviews. *Journal of Experimental Child Psychology*, 83, 304-338.
- Rodrigues, E. P., Albuquerque, P. (2007). Produção de méorias falsas com listas de associados: Análise do efeito do nível de processamento e da natureza da prova de memória. *Psicologia USP*, 18(4), 113-131.
- Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21, 803 – 814.
- Schacter, D. L. (1999). The seven sins of memory: Insights from psychology and cognitive neuroscience. *American Psychologist*, 54, 182-203.
- Scullin, M., Kanaya, T., & Ceci, S., (2002). Measurement of Individual Differences in Children's Suggestibility Across Situations. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 8 (4), 233-246.

- Smeets, T., Leppink, J., Jellicic, M., & Merckelbach, H. (2009). Shortened versions of the Gudjonsson suggestibility scale meet the standards. *Legal and criminological Psychology*, 14, 149-155.
- Stein, L., Pergher, G., & Feix, L., (2009). *Desafios da Oitiva de Crianças e Adolescentes: Técnica de Entrevista Investigativa*. Brasília, Brasil: Culturas e Práticas não revitimizantes.
- Vrij, A., Granhag, P., & Porter, S., (2010). Pitfalls and Opportunities in Nonverbal and Verbal Lie Detection. *Association for Psychological Science*, 11(3) 89–121.
- Wagstaff, G., (1991). Suggestibility: A Social Psychological Approach. In J. Schumaker, *Human Suggestibility: Advances in Theory, Research, and Application*, (132–145). New York: Routledge.
- Warren, A., Marsil, D., (2002). Why children's suggestibility remains a serious concern. *Law and Contemporary Problems*, January (1).
- Zaragoza, M., Belli, R., and Payment, K. (2007). Misinformation effects and the suggestibility of eyewitness memory. In M. Garry & H. Hayne (Eds.), *Do justice and let the sky fall: Elizabeth Loftus and her contributions to science, law, and academic freedom*, (35-63). Mahwah: Erlbaum.

Anexos

Anexo 1

Estudo piloto

Este estudo piloto teve como principal objectivo a adaptação e correcção de alguns pormenores do instrumento construído, de modo a que este se tornasse o mais ajustado possível à idade dos participantes.

Constituição do grupo piloto

O grupo piloto foi constituído por 8 crianças: 2 de 5 anos, 2 de 6 anos, 2 de 10 anos e 2 de 11 anos, sendo 4 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. A amostra foi recolhida num ATL, com autorização de todos os encarregados de educação dos participantes.

Administração da escala de avaliação da sugestionabilidade no grupo piloto

A administração da escala de avaliação de sugestionabilidade infantil não contou com a aplicação do CDS nem com a aplicação da Prova de Evocação de PseudoPalavras, visto que o objectivo deste grupo era apenas perceber se o instrumento construído era compreendido pelas crianças de todas as idades a estudar.

Desta forma, este instrumento foi aplicado de acordo com as regras já descritas, com a diferença de que o intervalo de retenção não contou com nenhuma ocupação específica.

Resultados do grupo piloto

A aplicação desta escala a um grupo piloto permitiu melhorar alguns aspectos da mesma, nomeadamente a linguagem utilizada na história, tornando-a assim mais compreensível para o grupo de crianças mais novas. Após a sua aplicação, e com base nos resultados apresentados de seguida, concluímos que existe uma diferença acentuada entre o total de sugestionabilidade nos dois grupos de idades avaliadas. Neste sentido, optámos assim por, no nosso estudo, integrar um grupo de idade intermédia (8/9 anos), de modo a obter uma análise mais detalhada sobre a evolução da sugestionabilidade infantil com a idade cronológica.

A aplicação da escala de avaliação da sugestionabilidade ao grupo piloto permitiu concluir que as crianças mais novas demonstram um pior desempenho nas provas de evocação do que as crianças mais velhas.

No que diz respeito à sugestionabilidade total, os resultados conseguidos mostram que existe uma diferença significativa entre as crianças mais novas e as crianças mais velhas- $t(6) = 7.00, p < .000$. Crianças mais novas, são mais sugestionáveis ($M = 22, DP = 1.4$) do que crianças mais velhas ($M = 16.75, DP = .50$).

Anexo 2

**Escalas de sugestionabilidade
(Saraiva & Albuquerque, 2011)**

Formulário de registo

Nome: _____	Idade: _____
Sexo: M/ F	
Data de aplicação: / /	
1. Hora de início da primeira evocação: _____	
2. Hora de início da segunda evocação: _____	
3. Hora de início do questionário: _____	
Administrador da escala: _____	
Outros presentes: _____	
Obs. _____	

Primeira evocação

O André e o Simão Almeida / são irmãos / e moram em Lisboa. / São dois rapazes atléticos, / que adoram andebol, / e jogam no Sporting. / Vivem com os pais, / numa pequena casa, / que tem um jardim, / onde o seu cão Balú/ tem a sua casota./ O André anda na escola primária / e o Simão na secundária / onde a mãe deles trabalha./

Uma quarta-feira / de manhã, / em Março, / os irmãos saíram de casa, / para a escola, / e no percurso ouviram /junto ao passeio / um telemóvel a tocar. / Os irmãos / ficaram sem saber o que fazer, / mas decidiram atender o telemóvel. / Ouviram então alguém / a dizer que se chamava Rita, / e que queria falar com a Joana. / Os rapazes / explicaram que tinham encontrado o telemóvel, / no meio da rua/ e que gostariam de o entregar à dona/. A Rita/ explicou que a Joana/ andava na escola secundária/ Vasco Botelho. /Esta era também a escola do Simão./ Ao chegar à escola/ o Simão procurou a Joana/, da turma 10º J /e entregou-lhe o telemóvel/. Passados quatro anos/ sobre este episódio/ a Joana e o Simão ainda são amigos.

Pontuações

1ª evocação = (máx.44)

Distorções = (D1)

Invenções = (I1)

Total de confabulação = (TC1)

TC1= D1 + I1

Observções do administrador

***A avaliação da segunda evocação apresenta o mesmo formato da primeira evocação.**

Questionário

Perguntas		Submissão 1	Respostas Submissão 1	Submissão 2	Respostas Submissão 2	Mudança (M)
1	O Simão e o André são irmãos? V					
2	A casa dos irmãos é branca ou amarela? F					
3	A mãe dos rapazes é professora? A					
4	O dois rapazes são saudáveis? C					
5	O cão chama-se Balú? V					
6	Os rapazes praticam futebol ou ténis? F					
7	O André é mais baixo que o Simão? A					
8	O apelido dos dois irmãos é Almeida? C					
9	Os rapazes atenderam o telemóvel? V					
10	A casota do cão é grande ou pequena? F					
11	O passeio onde encontraram o telemóvel era perto da escola? A					
12	Os irmãos pegaram no telemóvel? C					
13	A Joana estuda na mesma escola do Simão? V					
14	Os rapazes vão para a escola de carro ou de autocarro? F					
15	Quem atendeu o telemóvel foi o Simão? A					
16	A Rita é amiga da Joana? C					
17	A escola do Simão é a Secundária Vasco Botelho? V					
18	O Simão e a Joana são amigos há dois ou há seis anos? F					
19	A Joana agradeceu ao Simão por entregar o telemóvel? A					
20	A Joana ficou preocupada por perder o telemóvel? C					

PONTUAÇÕES

Submissão 1 = (max. 15)

Submissão 2 = (max. 15)

Mudança = (max. 20)

Sugestionabilidade Total* = (max. 35)

* Total de Submissão 1 + Mudança

Respostas não standardizadas

=
=
=
=

Anexo 3

Children's Social Desirability (CSD) – versão reduzida; 14 itens (Crandall, Crandall, & Katkovsky, 1965)- Tradução André Costa e Mário Veloso (2008)

- 1- Já alguma vez sentiste que disseste coisas menos simpáticas a alguém?
- 2- Preocupas-te sempre em ter as tuas roupas limpas e o teu quarto arrumado?
- 3- Às vezes quando tens que ir para a escola tens vontade de ficar em casa mesmo que não estejas doente?
- 4- Dizes sempre o que queres mesmo que a outra pessoa possa ficar triste?
- 5- És sempre educado(a), mesmo para as pessoas que não são muito simpáticas?
- 6- Às vezes fazes coisas que te disseram para não fazeres?
- 7- Ouves sempre o que os teus pais têm para te dizer?
- 8- Às vezes tens vontade de ficar a brincar em vez de ir para a escola?
- 9- Já alguma vez desobedeceste a uma regra?
- 10- Às vezes ficas irritado(a) quando as coisas não são à tua maneira?
- 11- Às vezes sentes que estás a gozar com as outras pessoas?
- 12- Fazes sempre aquilo que deves?
- 13- Algumas vezes não gostas de fazer aquilo que os teus pais te dizem para fazeres? (Opões-te ou contrarias os teus pais?)
- 14- Às vezes ficas zangado quando as pessoas não fazem aquilo que querias que elas fizessem?

Anexo 4

Recordação de listas de PseudoPalavras

Amplitude 1

Caqui

Tarro

Celha

Tarsa

Esma

Cata

Amplitude 2

Fipos, Cader

Fesar, Merta

Cobém, Mircai

Simpo, Asser

Tamer, Dorsa

Sapois, Charer

Amplitude 3

Brito, Quarir, tarse

Banfi, Darco, Quesa

Tibe, Bérrar, Mencar

Sade, Coira, Honcar

Onir, Abran, Fontro

Denar, Zerfa, Enter

Amplitude 4

Promão, Roufá, Muipa, Duto

Gache, Bussa, Legão, Pocom

Falher, Umder, Garvar, Deibo

Loxar, Chande, Gratir, Iguas

Prarir, Sulta, Memar, Carir

Lanto, Fopar, Soter, Polor

Amplitude 5

Chuco, Tobe, Rozer, Deiva, Traixa

Guaca, Noira, Bapra, feita, Prefé

Setão, Barme, Carto, Pastir, Zulto

Ferdar, Vesen, Chassar, Tave, Monhor

Chogua, Paver, Torter, Verda, Fesca

Tarbe, Harrar, Tráso, Rerrar, Gicho

Amplitude 6

Provô, Vado, Golho, Genca, Soque, Porla

Mavi, Lepo, Bume, Tupi, Terço, Chono

Furro, Perar, Moia, Pramo, Tarbo, Ostar

Touga, Dintar, Mona, Tavó, Lepar, Goro

Verite, Bono, Lalo, Ruzer, Deto, Ascer

Girvo, Varta, Garia, Rarde, Taroz, Arrar

Anexo 5

O André e o Simão Almeida / são irmãos / e moram em Lisboa. / São dois rapazes atléticos, / que adoram andebol, / e jogam no Sporting. / Vivem com os pais, / numa pequena casa, / que tem um jardim, / onde o seu cão Balú/ tem a sua casota./ O André anda na escola primária / e o Simão na secundária / onde a mãe deles trabalha./

Uma quarta-feira / de manhã, / em Março, / os irmãos saíram de casa, / para a escola, / e no percurso ouviram /junto ao passeio / um telemóvel a tocar. / Os irmãos / ficaram sem saber o que fazer, / mas decidiram atender o telemóvel. / Ouviram então alguém / a dizer que se chamava Rita, / e que queria falar com a Joana. / Os rapazes / explicaram que tinham encontrado o telemóvel, / no meio da rua/ e que gostariam de o entregar à dona/. A Rita/ explicou que a Joana/ andava na escola secundária/ Vasco Botelho. /Esta era também a escola do Simão./ Ao chegar à escola/ o Simão procurou a Joana/, da turma 10º J /e entregou-lhe o telemóvel/. Passados quatro anos/ sobre este episódio/ a Joana e o Simão ainda são amigos.

Legenda:

5/6 anos

8/9 anos

10/11 anos